



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - PPGAES/CE/UFPB**

**DIANA LIMA DE MOURA**

**IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:  
AVALIAÇÃO DE UM PERCURSO HISTÓRICO**

João Pessoa  
2024

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M929i Moura, Diana Lima de.

Idealização, criação e implementação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal da Paraíba : avaliação de um percurso histórico / Diana Lima de Moura. - João Pessoa, 2024.

87 f. : il.

Orientação: Uyguaciara Veloso Castelo Branco.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação superior - Políticas públicas. 2. Educação superior - Políticas de expansão. 3. Políticas de expansão - REUNI. I. Castelo Branco, Uyguaciara Veloso. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378(043)

DIANA LIMA DE MOURA

IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:  
AVALIAÇÃO DE UM PERCURSO HISTÓRICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Uyguaciara Veloso Castelo Branco.

João Pessoa  
2024

DIANA LIMA DE MOURA

IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:  
AVALIAÇÃO DE UM PERCURSO HISTÓRICO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Uyguciara Veloso Castelo Branco.

Aprovada em: 29/08 / 2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 UYGUCIARA VELOSO CASTELO BRANCO  
Data: 08/11/2024 11:14:32-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Uyguciara Castelo Branco  
Orientadora (PPGAES/CE/UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 PAULO CESAR GÉGLIO  
Data: 08/11/2024 13:40:12-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Paulo César Géglío  
Membro Interno (PPGAES/CE/UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 CASSIANO CAON AMORIM  
Data: 08/11/2024 11:25:19-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Dr. Cassiano Caon Amorim  
Membro Externo (PPGE/UFJF)

Dedico este trabalho à minha avó, dona Helena,  
que com sua sabedoria de vida sempre nos  
incentivou a estudar.  
E tenho certeza de que ela está no céu, com  
seus lindos olhos azuis, a festejar!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me permitido concluir esta pesquisa, tenho a certeza de que Ele é bom o tempo todo!

Agradeço aos meus pais, Sra. Dinarí e Sr. Everaldo, por me conduzirem nos bons caminhos da vida.

À minha irmã Dinaever e à minha sobrinha Sofia, por dividirem comigo momentos de alegrias e tristezas.

Ao meu filho, Victor Eduardo, por ser meu incentivador diário, e minha motivação!

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Uyguaciara Castelo Branco, por toda paciência e dedicação para a construção deste trabalho. Agradeço por ter depositado sua confiança em mim, gratidão!

Aos membros da minha banca, professor Dr. Paulo Goglio e professor Dr. Cassiano Amorim, por suas valorosas contribuições.

Aos professores do PPGAES, pelos ensinamentos ao longo do curso.

Também sou grata aos meus colegas da turma 8, que compartilharam essa jornada comigo.

Às minhas amigas Kátia Salviano, Vanessa Souza, Fabiana Lopes, Kátia Félix e Clarissa Lima, que sempre torceram por mim nessa trilha acadêmica.

Sou grata aos meus diretores, professor João Andrade e professor José Marcelino, por me incentivarem a desenvolver esta ideia e pela disponibilidade em colaborar.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Secretaria da Direção do CTDR, por me ajudarem com as demandas do setor.

Agradeço à minha psicóloga, dra. Vera Peres, por suas palavras de motivação.

Dificuldades? Tivemos. Mas passaram, e com a graça de Deus, concluímos essa etapa.

*Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo. (Paulo Freire)*

## RESUMO

A ampliação do acesso ao ensino superior tornou-se evidente, no Brasil, a partir da criação de programas e ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), este voltado para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para efeito deste estudo, nosso enfoque incidirá sobre as políticas voltadas às IFES. O presente trabalho se aprofundará no REUNI, uma das políticas criadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2007, que tinha como principal objetivo cumprir a meta de expansão da oferta da educação superior, prevista no Plano Nacional de Educação. A UFPB elaborou seu projeto e submeteu ao Conselho Universitário, visando a consolidação da instituição, em suas dimensões acadêmicas e administrativas. Para esta pesquisa, discutiremos, em profundidade, a proposta de ação inovadora complementar apresentada no Projeto REUNI da UFPB: a criação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR). Nesse sentido, constituiu-se como nosso objetivo geral analisar como se deu a criação e a implantação das metas, propostas pelo Projeto REUNI/UFPB, do/no Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, no período de 2008 a 2019. Para atender a esse objetivo, metodologicamente, foi realizado, inicialmente, o levantamento e análise do estado do conhecimento, de documentos públicos e do aparato legal de criação e implantação das metas propostas pelo REUNI/UFPB, além das respostas dadas pelos gestores estratégicos, verificando o cumprimento (ou não) das metas propostas, com vistas à elaboração de um relatório técnico-gerencial, demonstrando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do CTDR, por meio da aplicação da análise SWOT (FOFA). Os dados foram analisados, qualitativamente, através de estatística descritiva (com apresentação sob a forma de tabelas, quadros e gráficos) e da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os resultados permitem confirmar que o CTDR cumpriu parcialmente suas metas, porém a missão idealizada de contribuir para o desenvolvimento regional e local tem sido cumprida, como pode ser registrado em alguns importantes achados da pesquisa, apontando para a necessidade de estudos sobre impacto social e econômico para aprofundar os nossos resultados.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Políticas Públicas; Políticas de Expansão; REUNI; CTDR/UFPB.

## ABSTRACT

The expansion of access to higher education became evident in Brazil with the creation of programs and initiatives such as the University for All Program (ProUni) and the Program to Support the Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities (REUNI), the latter focused on Federal Institutions of Higher Education (IFES). For the purposes of this study, our focus will be on policies aimed at IFES. This paper will delve into REUNI, one of the policies created by President Luís Inácio Lula da Silva in 2007, which had the primary goal of meeting the target of expanding the provision of higher education, as outlined in the National Education Plan. UFPB developed its project and submitted it to the University Council, aiming at the consolidation of the institution in its academic and administrative dimensions. For the present work, we will discuss in-depth the complementary innovative action proposed in UFPB's REUNI Project: the creation of the Center for Technology and Regional Development (CTDR). In this regard, our general objective is to analyze how the creation and implementation of the goals proposed by the REUNI/UFPB Project for the Center for Technology and Regional Development occurred, during the period from 2008 to 2019. To achieve this objective, methodologically, we initially conducted a survey and analysis of the state of knowledge, public documents, and the legal framework for the creation and implementation of the goals proposed by REUNI/UFPB, as well as the responses provided by strategic managers, verifying the fulfillment (or not) of the proposed goals, with the aim of producing a technical management report, demonstrating the strengths, opportunities, weaknesses, and threats of the CTDR through the application of the SWOT analysis. The data were analyzed qualitatively, using descriptive statistics (with presentation in the form of tables, charts, and graphs) and the Content Analysis technique (Bardin, 1977). The results confirm that the CTDR partially achieved its goals; however, the mission envisioned to contribute to regional and local development has been fulfilled, as evidenced by some important research findings, pointing to the need for studies on social and economic impact to further deepen our results.

**Keywords:** Higher Education; Public Policies; Expansion Policies; REUNI; CTDR/UFPB.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Visão atual do alto do CTDR.....	21
<b>Figura 2</b> – Organograma CTDR.....	22
<b>Figura 3</b> – Caminho metodológico.....	25
<b>Figura 4</b> – Fase 1 da Análise de Conteúdo da Pesquisa.....	26
<b>Figura 5</b> – Fase 2 da Análise de Conteúdo da Pesquisa.....	27
<b>Figura 6</b> – Fase 3 da Análise de Conteúdo da Pesquisa.....	27
<b>Figura 7</b> – Matriz SWOT/FOFA.....	28
<b>Figura 8</b> – Terreno do CTDR.....	45
<b>Figura 9</b> – Vista frontal do NUPPA.....	46
<b>Figura 10</b> – Imagem área da Unidade Mangabeira/UFPB.....	46
<b>Figura 11</b> – Instalações do CTDR no CT/UFPB.....	47
<b>Figura 12</b> – Instalações do CTDR no CCSA/UFPB.....	48
<b>Figura 13</b> – Aula inaugural do CTDR, proferida pela Reitora da UFPB, Profa. Margareth Diniz.....	49
<b>Figura 14</b> – Ruas no entorno do CTDR.....	51
<b>Figura 15</b> – Percentual de empreendedorismo por Cursos do CTDR.....	52
<b>Figura 16</b> – Ocupação assalariada, empreendedora e/ou em formação dos egressos do CTDR.....	52
<b>Figura 17</b> – Estatísticas salariais ao mês dos egressos do CTDR.....	52

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Relação entre sujeitos, objetivos e coleta de dados.....	24
<b>Quadro 2:</b> Distribuição dos trabalhos publicados no repositório da UFPB que citaram o REUNI.....	29
<b>Quadro 3:</b> Trabalhos publicados por Programa de Pós-Graduação da UFPB.....	30
<b>Quadro 4:</b> Trabalhos selecionados para a pesquisa.....	31
<b>Quadro 5:</b> Número de centros e cursos por <i>campus</i> universitário (2006-2012).....	42
<b>Quadro 6:</b> Contratações previstas no Projeto REUNI para toda UFPB (2008-2012).....	53
<b>Quadro 7:</b> Contratações de servidores previstas no Projeto REUNI para o CTDR (2008-2012), com suas respectivas dotações orçamentárias.....	54
<b>Quadro 8:</b> Demonstrativo do ingresso de servidores por ano, no período de 2008 a 2019.....	55
<b>Quadro 9:</b> Demonstrativo de vagas ofertadas pelos novos cursos criados, por turno, no período de 2008 a 2019.....	56
<b>Quadro 10:</b> Demonstrativo da evolução de vagas dos novos cursos criados, no período de 2008 a 2012.....	57
<b>Quadro 11:</b> Percentual de novas edificações construídas no CTDR, no período de 2008 e 2009.....	59
<b>Quadro 12:</b> Demonstrativo da distribuição de despesas e previsão de execução REUNI, no período de 2008 e 2012.....	59
<b>Quadro 13:</b> Orçamento Global da UFPB – Rubrica 8282, no período de 2008 e 2012.....	60

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (2003).....	39
<b>Tabela 2</b> – Matrículas em cursos presenciais, por Categoria Administrativa (2003).....	39
<b>Tabela 3</b> – Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (2009-2012).....	39
<b>Tabela 4</b> – Matrículas em cursos presenciais, por Organização Acadêmica (2009-2012).....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AC** – Análise de Conteúdo

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CCS** – Centro de Ciências da Saúde

**CCSA** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas

**CONSUNI** – Conselho Universitário

**CTDR** – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

**FIES** – Programa de Financiamento Estudantil

**IES** – Instituições de Ensino Superior

**IFES** – Instituições Federais de Ensino Superior

**IFPB** – Instituto de Educação da Paraíba

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**NUPPA** – Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimento

**PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPGAES** – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

**PROPLAN** – Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

**ProUni** – Programa Universidade para Todos

**REUNI** – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

**SAEGO** – Sistema de Acompanhamento de Egressos

**SIPAC** – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

**TAE** – Técnico Administrativos em Educação

**UFCA** – Universidade Federal do Cariri

**UFFS** – Universidade Federal da Fronteira Sul

**UFOB** – Universidade Federal do Oeste da Bahia

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UFSB** – Universidade Federal do Sul da Bahia

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNESSPA** – Universidade do Sul e Sudeste do Pará

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNILA** – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

**UNILAB** – Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIPAMPA** – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>2 CAMINHOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>20</b>
2.1 Estado do Conhecimento .....	29
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>	<b>34</b>
<b>4 O REUNI e a sua visão inovadora: o CTDR .....</b>	<b>41</b>
4.1 A criação do CTDR: revendo seu percurso histórico .....	41
4.2 <a href="#">REUNI NO CTDR/UFPB: avaliação da criação e implantação de metas propostas</a> ....	44
4.3 <a href="#">O CTDR ideal e o real: análise das metas propostas e executadas,</a> no período de	
2009	a 53
2019 .....	
4.4 <a href="#">Relatório técnico, demonstrando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do</a>	
<a href="#">CTDR</a> .....	61
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA .....</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>87</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação cumpre um papel fundamental no desenvolvimento individual e coletivo, promovendo igualdade de oportunidades e construindo sociedades mais justas e produtivas. Assim como afirmado por Freire (1996), o ensino não apenas transfere conhecimento, mas cria possibilidades para a própria produção e construção do indivíduo.

Em termos coletivos, a educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma nação. Por meio da educação, é possível capacitar as pessoas para se inserirem no mercado de trabalho com melhor remuneração, assim como possibilitar a construção do pensamento crítico, para que os/as educandos sejam capazes de reivindicar seus direitos e compreender sua inserção na sociedade. Dessa forma, o progresso econômico e social, a inovação, a produtividade e o desenvolvimento de recursos humanos qualificados também são impulsionados pela educação.

Em se tratando de educação superior, esta desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a educação superior são essenciais para garantir o acesso equitativo, a qualidade e a relevância dessa etapa educacional.

Entende-se por política, segundo Padilha (2005), a administração do Estado pelos dirigentes e especialistas governamentais, as ações da coletividade em relação a um dado governo. A política abrange uma ampla gama de áreas – como econômica, social, ambiental, externa, e muitas outras – e envolve a participação de diferentes atores – governantes, legisladores, partidos políticos, organizações da sociedade civil e cidadãos.

Em se tratando de políticas públicas, não se pode pensar na educação como um campo abstraído da vida política (Lima *et al.*, 2018). No Brasil, as políticas públicas têm origem no período colonial, com a implementação das primeiras iniciativas voltadas para a educação, embora com fins relacionados a interesses muito específicos, a exemplo da educação para os povos originários com finalidade catequética, em atendimento aos objetivos e interesses dos colonizadores e dos representantes da Companhia de Jesus. No século XX, ocorreram os marcos mais significativos no desenvolvimento das políticas educacionais no país, como, por exemplo, a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954).

Registramos que, no Brasil, em razão do controle que o Estado impunha à educação e de seus interesses na formação universitária de sua elite na Europa, em terras brasileiras, as proposituras de criação de universidades foram negligenciadas por muito tempo, sendo apenas

existentes algumas faculdades isoladas e cursos de formação profissional. Nesse sentido, a criação de universidades no Brasil é considerada muito tardia, em comparação a outros países, inclusive da América Latina, a exemplo da República Dominicana (1538), Peru (1551), México (1553), Colômbia (1580), Equador (1586), Argentina (1613), Bolívia (1624) e Guatemala (1676) (Pereira, 2011).

A primeira Universidade Pública brasileira, fundada pelo governo federal, foi instituída somente no século XX, em 1920, de maneira folclórica, já que seu funcionamento não teve nenhuma garantia ou manutenção. Sobre a temática, Castelo Branco (2005, p. 128) afirma que

Foi instituída aquela considerada a primeira Universidade criada pelo Governo Federal: a Universidade do Rio de Janeiro, instituída pelo Decreto Federal nº 14.343, do Presidente Epiácio Pessoa, congregando as Faculdades de Medicina, Direito e a Politécnica. Entretanto, Chagas (1967) afirma que, já em 1909 e 1912, foram criadas, respectivamente, a Universidade de Manaus e a do Paraná, como instituições “livres”, cuja existência não passou de momentânea e precária.

Somente entre os anos 1930-1960, houve um crescimento das universidades, no país, com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, seguindo-se com a aprovação da Lei da Reforma Universitária (Lei nº. 5 540/68), que culminou com o período de intensificação da criação e federalização das universidades (Castelo Branco, 2005; Pereira, 2008). Seguiu-se com a criação de universidades públicas, nos estados da federação, normalmente fruto do agrupamento de cursos isolados de caráter particular, que se tivessem o aparato público, poderiam ter sua gestão, manutenção e funcionamento impulsionados. Nesse sentido, identificamos que houve um aumento significativo do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e de matrículas no ensino superior, no Brasil, a partir da criação de programas e ações para ampliar o acesso, reivindicado pelas classes médias.

Posteriormente, já nos anos 1990, começaram a surgir políticas para atendimento às populações mais vulneráveis, antes excluídas do ensino superior, por meio da ampliação do acesso ao ensino superior, que se tornou evidente, a partir da criação de programas e ações para promoção de grupos historicamente excluídos, como estudantes de baixa renda, afrodescendentes e indígenas. Entre as iniciativas destacam-se os seguintes programas: o Programa Universidade para Todos (ProUni), através a Lei nº 11.096/2005, com incidência sobre a educação superior privada, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

Expansão das Universidades Federais (REUNI), pelo Decreto nº 6.096/2007, este voltado para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Sobre o REUNI, Mancebo e Léda (2009, p. 57) afirmam que

Dentre as metas estabelecidas pelo REUNI, encontra-se, ainda, a que remete a um prazo de cinco anos para as IFES atingirem ampliação da taxa de conclusão nos cursos de graduação, devendo alcançar a média de 90% de titulação e a que determina o aumento de quase 100% do número de alunos por professor na graduação, atingindo a média de 18 alunos por docente.

O presente trabalho se aprofundará no REUNI, uma das políticas criadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011; 2023-2026), no ano de 2007, que tinha como principal objetivo cumprir a meta de expansão da oferta da educação superior prevista no Plano Nacional de Educação.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como um plano de ação, para que se atingissem as metas dispostas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que implementou um plano de metas e compromissos para a educação a nível municipal, estadual e federal, de modo a melhorar a qualidade da educação.

Após seu lançamento, o governo publicou uma cartilha com diretrizes para que as instituições que desejassem aderir ao programa elaborassem seus projetos e os submetessem à aprovação de seus respectivos conselhos superiores.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) elaborou seu projeto e submeteu ao Conselho Universitário (CONSUNI), visando a consolidação da instituição em suas dimensões acadêmicas e administrativas, assim como consta na súmula do Projeto REUNI da UFPB:

A Universidade Federal da Paraíba sempre aproveitou muito bem as oportunidades de expansão e melhoria das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão que foram oferecidas pelo seu mantenedor, o Ministério da Educação e Cultura (UFPB, 2007, s/p).

Apesar da resistência de parte das categorias docente, discente e de técnicos administrativos, Costa Filho (2016) afirma que, em 12 de novembro de 2007, o CONSUNI/UFPB aprovou o projeto REUNI, em uma votação com 25 votos favoráveis, 6 contrários e 2 abstenções. Em seguida, o então Reitor da UFPB, o professor Rômulo Soares Polari, publicou a Resolução nº 27/2007 – CONSUNI /UFPB, que dispunha sobre o

diagnóstico da situação atual da instituição, apresentava o plano geral de implementação da proposta, o cronograma de implementação e execução, o detalhamento orçamentário para execução, a previsão de criação de um sistema de acompanhamento e avaliação da execução do projeto, bem como a previsão de impactos globais.

A presente pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior (PPGAES), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Esse programa apresenta, como objetivo, a qualificação do corpo técnico-administrativo das instituições públicas de ensino superior para o exercício das atividades na gestão e avaliação de políticas públicas. Na qualidade de servidora da UFPB, exercendo o cargo de Assistente em Administração e desempenhando a função de Secretária da Direção do CTDR, participamos, ativamente, da rotina desse Centro de Ensino e acompanhamos as suas atividades-fim e meio, o que nos leva a reflexões sobre seus problemas, seus impactos para o desenvolvimento local e, até mesmo, sobre seus desafios, a partir do projeto Reuni que lhe foi pensado e executado. Por isso, desenvolvemos este trabalho que analisa alguns pontos da política pública REUNI junto à UFPB e ao CTDR.

Neste estudo, nos aportaremos na proposta de ação inovadora complementar apresentada no Projeto REUNI da UFPB que criou o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR). Segundo Tavares (2019), a opinião pública tem, progressivamente, despertado o interesse por projetos educacionais inovadores, entendendo-se por inovação melhorias implementadas nas organizações, através da criação de novos produtos, serviços, ações, políticas ou sistemas de gestão, assim como sua atualização ou aprimoramento (Cavalcante; Cunha, 2017). Ainda segundo os autores, “[...] já com foco no setor público, Osborne e Brown (2005) defendem que a inovação significa a introdução de novos elementos em um serviço público, na forma de novos conhecimentos, nova organização e/ou nova habilidade de gestão ou processual” (Cavalcante; Cunha, 2017, p. 16).

Seguindo essa perspectiva inovadora, é que surge, através do REUNI/UFPB, o CTDR e, nesse sentido, constitui-se como nosso problema de pesquisa investigar o seguinte: **como ocorreu a criação e a implantação das metas, propostas pelo Projeto REUNI/UFPB, do/no Centro de Tecnologia do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, no período de 2008 a 2019?**

É importante ressaltar que o período de análise da pesquisa abrange a criação do CTDR, em 29 de junho de 2009, por meio da Resolução nº 04/2009 – CONSUNI/UFPB, realizando uma análise e uma avaliação de sua implantação, após transcorridos 10 anos de existência da unidade, excluindo da análise possíveis interferências relacionadas à pandemia

do COVID-19, a partir de 2020. Considerando o afirmado pela UNESCO (2020), no que tange à educação, a crise causada pela COVID-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e universidades, atingindo um percentual de 90% dos estudantes de todo o mundo.

Portanto, constitui-se nosso objetivo geral analisar como ocorreu a criação e a implantação das metas, propostas pelo Projeto REUNI/UFPB, do/no Centro de Tecnologia do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, no período de 2008 a 2019.

De modo a atingir o objetivo geral, foram propostos três objetivos específicos:

- ✓ Avaliar como se deu a criação do CTDR e a implantação das metas propostas pelo REUNI/UFPB;
- ✓ Verificar o cumprimento (ou não) pelo CTDR das metas propostas no Projeto REUNI/UFPB, no período de 2009 a 2019;
- ✓ Elaborar relatório técnico-gerencial, demonstrando as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do CTDR.

De modo a desenvolver o trabalho, para atingir os objetivos, esta introdução apresentou a temática e as justificativas deste trabalho, assim como o problema de pesquisa e seus objetivos. O segundo capítulo apresenta o caminho metodológico da pesquisa, com seus procedimentos de coleta e de análise de dados coletados, além de expor as características metodológicas que permeiam o estudo.

O terceiro capítulo explicita as bases teóricas do projeto de dissertação, abordando uma pesquisa bibliográfica sobre expansão da Educação Superior, enfatizando as políticas públicas e as ações que visam a inovação ou a reestruturação da Educação Superior no Brasil, nas últimas décadas.

Para fins da execução da pesquisa, o quarto capítulo apresenta o Relatório Técnico, apontando o percentual de metas atingidas e as que não foram executadas, trazendo um rico material avaliativo da política pública de expansão em tela, o REUNI. E ainda, o quinto capítulo expõe as considerações finais, indicando desdobramentos e futuros temas a serem melhor investigados, a partir dos resultados obtidos.

Consideramos que nosso trabalho vai ao encontro do objetivo geral do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior do Centro de Educação da UFPB, pois, com a pesquisa desenvolvida, a capacidade teórico-analítica de compreender e avaliar políticas públicas, assim como, a elaboração do produto final (relatório técnico) possibilitará um diálogo institucional entre o previsto e o executado.

Posto isso, a pesquisa realizada apresenta-se como uma proposta de avaliação e verificação da efetividade de uma política pública, a nível local, considerando que:

Essas análises desempenham papel essencial na determinação e no alcance dos objetivos e das prioridades do governo. A avaliação consiste, portanto, em uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão, antes, durante, ou após, a execução de uma política pública, cumprindo a importante função de levantar evidências sobre o desempenho da política e indicando se os recursos públicos estão sendo aplicados em consonância com os parâmetros de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade<sup>1</sup>.

Nesse sentido, a avaliação tem como premissa fundamental a verificação de parâmetros do uso dos recursos públicos, executados em um processo institucional.

O despertar para a realização desta pesquisa, com cunho avaliativo, surgiu a partir da elaboração do cerimonial para o evento comemorativo dos 10 anos do CTDR, no ano de 2019. Por atuar como secretária da Direção de Centro, desde o ano de 2014, e ter sido encarregada de resgatar as fotografias e documentos que deram origem à criação do Centro, houve o interesse para uma pesquisa que demonstrasse a expectativa prevista nos documentos de criação e os fatores que contribuíram e levaram o Centro a tornar-se o que ele se encontrava no ano de 2019. Além disso, durante o levantamento documental para o evento, foi verificada a inexistência do sistema de avaliação e acompanhamento do Projeto REUNI, previsto na Resolução de adesão da UFPB ao Programa. Por conseguinte, sentimos a necessidade de realizar um trabalho de relevância institucional, analisando a situação do CTDR diante das metas propostas para o Centro, a partir do Projeto REUNI da UFPB.

Desse modo, será apresentada, para a comunidade acadêmica, bem como para toda sociedade, uma prestação de contas dos investimentos realizados pela instituição mantenedora da UFPB, o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Temos a expectativa de que o relatório técnico elaborado possa demonstrar, com clareza, o percentual de metas atingidas, de modo a propiciar, aos atuais gestores institucionais, subsídios para averiguar a Política Pública executada, como também subsidiar ações para suplementar e/ou ir em busca de metas que possivelmente não foram executadas.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 17 jun. 2024.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Desde a antiguidade, a humanidade tem o interesse em desvendar a origem do conhecimento, o que levou ao surgimento de diversas teorias e definições sobre esse conceito. Na sociedade contemporânea, assim como define Gomez (2023), o conhecimento é o produto de um processo de obtenção de compreensão sobre algo. No presente trabalho, nos deteremos no conhecimento científico, este que, segundo Marconi e Lakatos (2022), é um conhecimento alcançado de modo racional, regulado por meio de procedimentos científicos.

Nossa pesquisa foi desenvolvida no método descritivo, de modo a possibilitar que o leitor visualize a pesquisa, e assumiu a forma de pesquisa documental. Já quanto à finalidade, por nossa pesquisa buscar novos conhecimentos, direcionados à solução de problemas, a entendemos como básica e estratégica. Quanto aos métodos empregados, este trabalho é entendido como bibliográfico e documental: utilizamos materiais anteriormente publicados, bem como materiais elaborados com finalidades diversas (processos, atas, ofícios etc.), estando em consonância com o disposto por Vergara (2005, p. 48):

Uma investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros.

Analisamos os documentos públicos produzidos nos órgãos governamentais, na UFPB e no CTDR: resoluções, atas, ofícios, processos e memorandos. Os dados obtidos foram tratados e dispostos em planilhas e gráficos, com a finalidade de expor a informação e construir o entendimento sobre o indicador, ao longo do tempo, sendo as tabelas e gráficos uma forma de apresentação de dados para descrever informações, com o objetivo de produzir no público leitor uma impressão mais rápida e viva da pesquisa (Peça, 2008, p. 2).

Para fins de abordagem, a partir da problemática proposta, nossa pesquisa é qualitativa, pois, de acordo com Richardson (2017), os estudos que utilizam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, investigar a interação de variáveis, assim como entender e categorizar processos vivenciados por grupos sociais, o que se harmoniza com os objetivos propostos. Ainda sobre o uso dos dados, consideramos o que afirma Severino (1984, p. 116):

O papel dos elementos a serem recolhidos será fundamentalmente o de reforçar, apoiar e justificar as ideias pessoais formuladas pelo autor do trabalho. Estes elementos retirados das várias fontes dão às várias afirmações do autor, além do material sobre o qual trabalha, a garantia de maior objetividade fundada no testemunho e na verificação de outros pensadores.

Analisamos todo o material de forma específica e contextualizada, assim como Minayo (2008) destaca que, na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, pois, durante a investigação científica, é necessário o reconhecimento da complexidade do objeto de estudo, a revisão crítica das teorias sobre o tema, o estabelecimento conceitos e teorias relevantes, e o uso de técnicas adequadas de coleta de dados.

O contexto da pesquisa foi o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), situado na Unidade Mangabeira, no bairro do Distrito Industrial de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba. A Figura 1 retrata uma visão do alto do CTDR, atualmente.

**Figura 1** – Visão atual do alto do CTDR



Fonte: UFPB (2024)<sup>2</sup>.

O CTDR começou a funcionar, em 2010, com três departamentos que dispunham de três cursos de graduação: Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e Tecnologia em Gestão Pública.

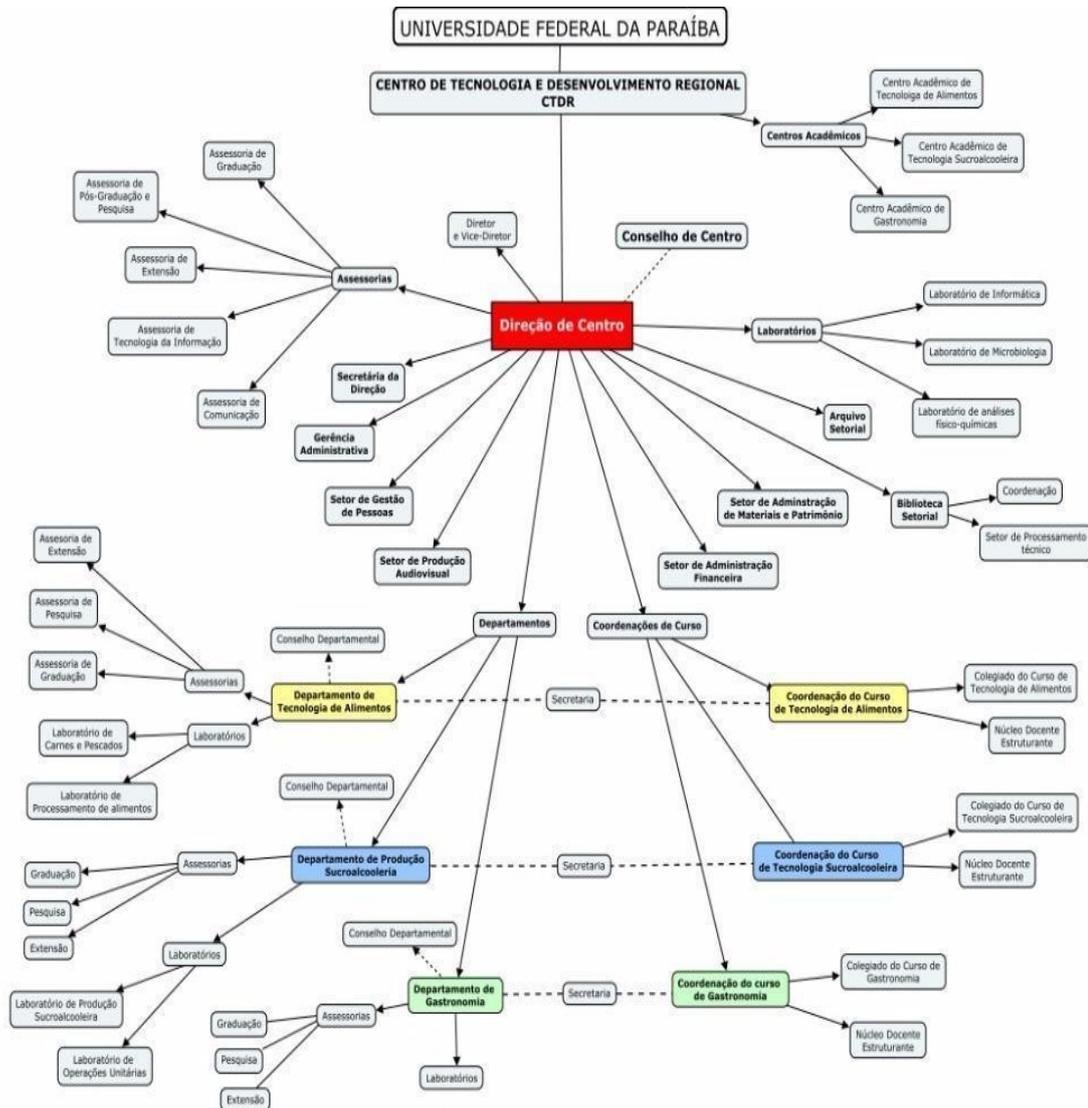
Posteriormente, no ano de 2014, o curso de Tecnologia em Gestão Pública foi transferido para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e, neste mesmo ano, o Centro recebeu o curso de graduação em Gastronomia<sup>3</sup>, que foi transferido do *Campus IV* da

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/ctdr-da-ufpb-realiza-iv-festival-gastronomico>. Acesso em: 20 de fev. 2024.

<sup>3</sup> O Curso de Bacharelado em Gastronomia foi criado no *Campus IV* da UFPB, pela Resolução nº 26/2012 - CONSEPE/UFPB, sendo relocado para o CTDR, em 25 de outubro de 2013, por meio da Resolução nº

UFPB. Atualmente, o Centro oferece três cursos de graduação presenciais. São eles: Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Produção Sucroalcooleira e Gastronomia, distribuídos por três departamentos, conforme organograma exposto na Figura 2.

**Figura 2 – Organograma CTDR**



Fonte: CTDR (2024)<sup>4</sup>.

O CTDR foi criado como resultado do projeto REUNI ocorrido na UFPB e por isso torna-se um *lôcus* da pesquisa apto para o presente estudo, visto que a pesquisa objetivou avaliar as metas que foram propostas pelo REUNI.

31/2013 - CONSEPE/UFPB. Em contrapartida, o Curso de Tecnólogo em Gestão Pública foi realocado do CTDR para o CCSA, em fevereiro de 2014, com a publicação da Resolução nº 03/2014 - CONSEPE/UFPB.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.ctdr.ufpb.br/ctdr/contents/menu/ctdr-1/apresentacao/diretoria-e-assessorias>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Com intuito de alcançar os objetivos propostos, teremos, como sujeitos da pesquisa, os gestores do Centro que ocuparam cargos estratégicos na construção do CTDR. Esses gestores participaram efetivamente da construção tanto da proposta REUNI para a criação do CTDR como no empreendimento prático, ou seja, na implantação do projeto. A escolha dos sujeitos ocorreu de forma intencional, pois eles vivenciaram as oportunidades como também os desafios desse empreendimento ocorrido na UFPB, ou seja, foram pessoas com importância no empreendimento do centro, não apenas no planejamento, mas na execução da obra. Nessa perspectiva, a partir das informações desses gestores, obtivemos dados efetivos da construção do projeto, bem como da implantação do Centro.<sup>5</sup>

Para fins de coleta de dados, além da documental, foi realizada entrevista semiestruturada com os gestores/diretores, acima mencionados. A escolha pela coleta de dados, por meio de entrevista semiestruturada (Roteiro - Apêndice A), ocorreu porque, segundo Flick (2008), é o tipo de instrumento de coleta de dados que se adequa à abordagem qualitativa e ainda permite que ocorra um diálogo entre participante e pesquisador. Richardson (2017) afirma, ainda, que esse tipo de entrevista proporciona uma interação maior por parte do entrevistado, de forma que ele desvele sentimentos e sentidos para os fenômenos.

As entrevistas aconteceram no CTDR, local de trabalho dos sujeitos da pesquisa, no mês de junho de 2024, e tiveram duração média de uma hora cada. Os entrevistados, que são docentes da UFPB, exercem suas atividades laborais na instituição há mais de 30 anos e estiveram à frente da construção do CTDR. A fim de atender aos aspectos éticos e científicos, antes das entrevistas os sujeitos receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) que apresentava os objetivos da pesquisa, bem como o compromisso da pesquisadora quanto à confidencialidade dos dados obtidos por meio das entrevistas. Além disso, e em consonância com a ética na ciência, foi solicitada da instituição uma autorização para a realização da pesquisa (Apêndice C).

A pesquisadora submeteu o projeto ao Comitê de Ética do CCS/UFPB, a fim de cumprir com os princípios éticos da pesquisa científica. O projeto foi aprovado com a emissão do Parecer nº 6.858.875. As entrevistas foram gravadas com a utilização de gravador do celular da pesquisadora. Após as entrevistas, elas foram transcritas integralmente com o aplicativo *transkriptor*, a fim de torná-las operacionais para a realização das análises de dados.

---

<sup>5</sup> Implantar: adotar, estimular ou fomentar o desenvolvimento de (alguma coisa ou de si mesmo); fixar(-se), inaugurar(-se). Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/implantar/>. Implementar: Pôr em execução; fazer o implemento de; efetuar, executar, fazer. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/busca/portugues-brasileiro/implementar/>.

De modo a contribuir com a obtenção de informações para o trabalho, também utilizamos o documentário produzido para o Evento de 10 anos do CTDR, elaborado pelos servidores técnico-administrativos do Centro, e disponível para acesso na plataforma do *YouTube*<sup>6</sup>. No referido documentário, foram analisados os discursos de ex-gestores da unidade, assessores de Centro à época, docentes, técnicos administrativos e discentes. Para tal uso, nos acostamos em Freitas *et al.* (2003) que afirmam que o uso da vide gravação em pesquisa acadêmica não se caracteriza apenas como um importante instrumento de obtenção de dados, mas proporciona condições para que o pesquisador e os sujeitos envolvidos estruturem conhecimentos sobre as práticas sociais e as representações tecidas nas interações com o cotidiano, expressas na linguagem audiovisual (Freitas *et al.*, 2003).

O Quadro 1 apresenta a relação entre os objetivos, os sujeitos e a forma de coleta de dados a ser realizada para o alcance dos resultados.

**Quadro 1** – Relação entre sujeitos, objetivos e coleta de dados

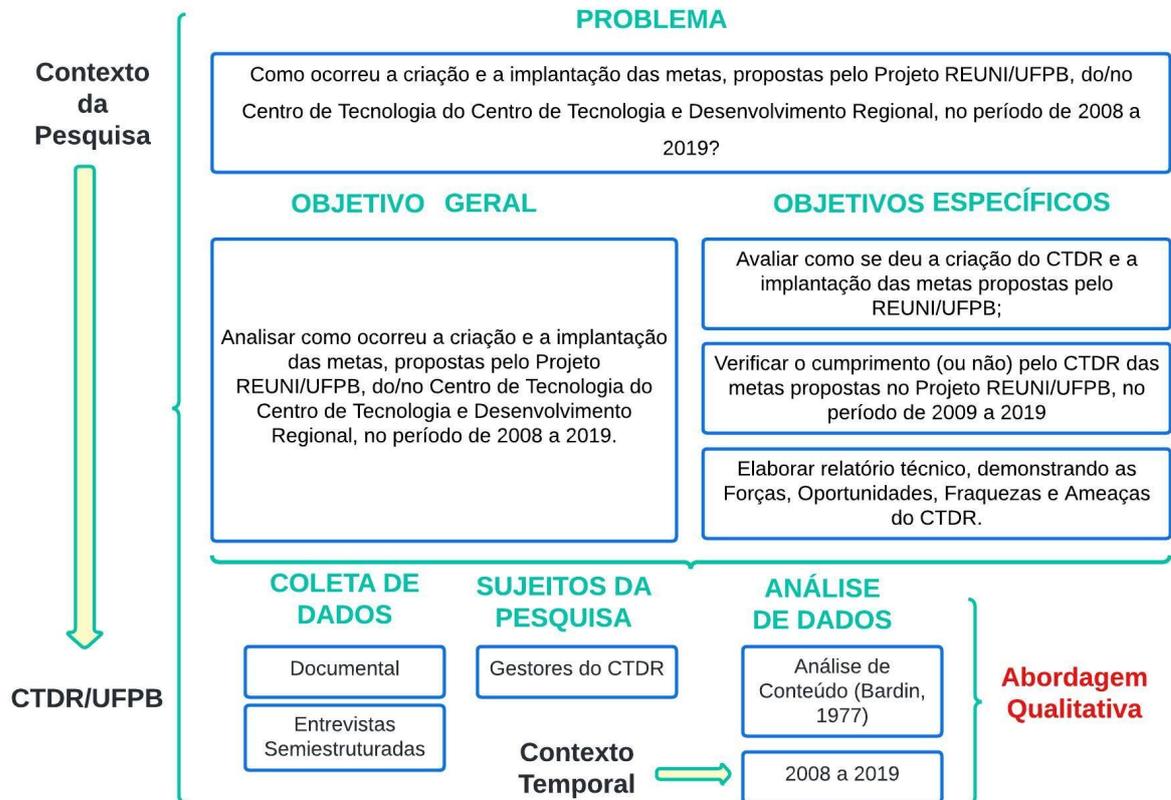
OBJETIVOS	COLETA DE DADOS	SUJEITOS
Avaliar como se deu a criação do CTDR e a implantação das metas propostas pelo REUNI/UFPB.	Análise documental e entrevistas semiestruturadas	Gestores estratégicos do CTDR
Verificar o cumprimento (ou não) pelo CTDR das metas propostas no Projeto REUNI/UFPB, no período de 2009 a 2019.	Análise documental	
Elaborar relatório técnico, demonstrando as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do CTDR.	Análise documental e entrevistas semiestruturadas	

Fonte: Elaboração própria (2024).

Assim, de modo a ilustrar o desenvolvimento da pesquisa proposta, elaboramos nosso caminho metodológico, exposto na Figura 3, a seguir:

<sup>6</sup> Documentário disponível em: [https://youtu.be/jPfvVyQHTGU?si=1DrXpfWR\\_A8-82H1](https://youtu.be/jPfvVyQHTGU?si=1DrXpfWR_A8-82H1). Acesso em: 17 jun. 2024.

**Figura 3 – Caminho metodológico**



Fonte: Elaboração própria (2024).

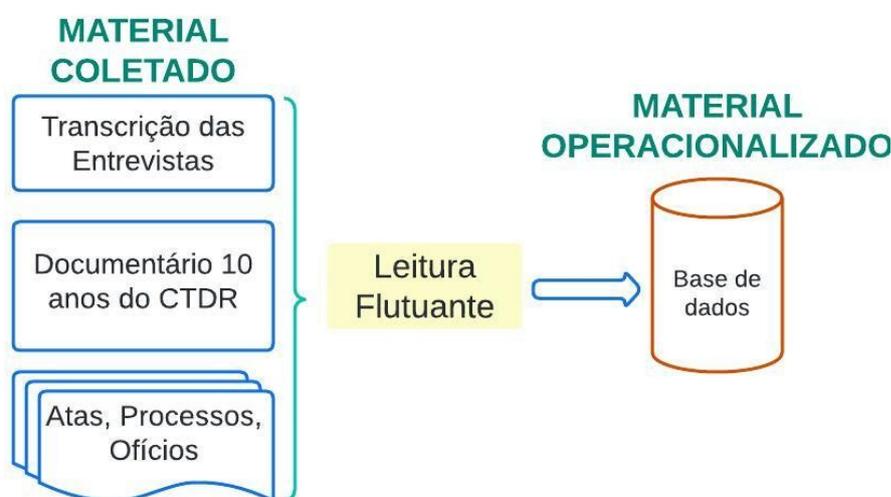
Para fins de análise de dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1977), que a autora define como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens...a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (Bardin, 1977, p. 38).

Desse modo, compreendemos que, partindo do pressuposto de que a AC possibilita a inferência de dados qualitativos e de qualquer forma de comunicação, optou-se por esse método, e, ainda, a partir do estudo do método para fins desta pesquisa, percebemos que é um método objetivo, sistemático e produz inferências, características defendidas por Richardson (2017), quando considera a importância da escolha do método de análise de dados para uma pesquisa qualitativa. O autor ressalta que essas características trazem para a pesquisa o rigor científico, bem como a confiabilidade e a validade à metodologia proposta.

A AC ocorreu em três fases: Pré-Análise; Categorização; e Inferências. Na pré-análise, pretendeu-se, conforme Bardin (1977), realizar a organização do material coletado, fazendo as transcrições das entrevistas e ainda a “leitura flutuante”<sup>7</sup> dos documentos coletados e das entrevistas transcritas. A partir disso, os dados coletados foram separados a fim de organizar aqueles que iriam ser categorizados na próxima fase, ou seja, o material ficou operacional. A Figura 4 apresenta como ocorreu a primeira fase da análise.

**Figura 4** – Fase 1 da Análise de Conteúdo da Pesquisa

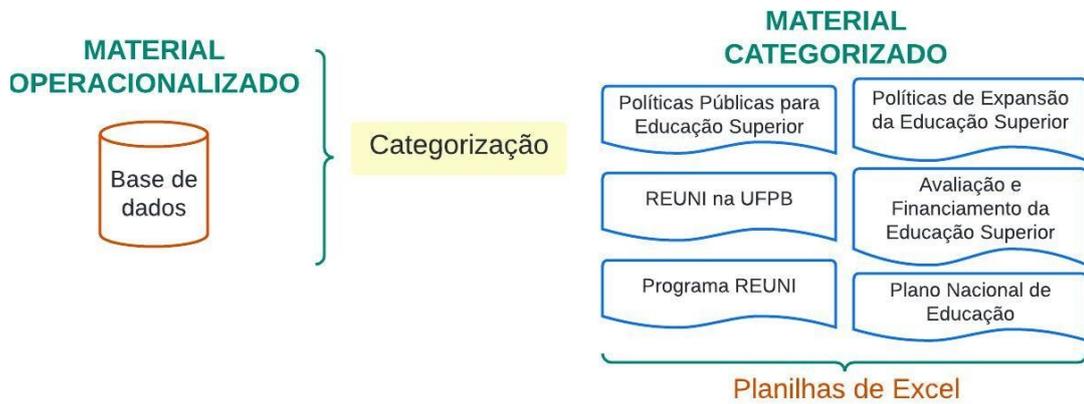


Fonte: Elaboração própria (2024).

Na segunda fase, que é a de categorização, os dados já organizados foram sistematizados em categorias de análise, utilizando-se de planilhas em *Excel* para fazer a sistematização dos dados: para cada aba da planilha, foi inserida uma categoria. As categorias foram determinadas para fundamentar o presente estudo, a partir dos objetivos que se propôs alcançar, bem como emergiram dentro do processo de coleta de dados. As categorias usadas foram: i) políticas públicas para educação superior; ii) REUNI na UFPB; iii) Programa REUNI; iv) avaliação e financiamento da educação superior; v) políticas de expansão da educação superior; e vi) Plano Nacional de Educação. A Figura 5 demonstra como a segunda fase da análise ocorreu.

**Figura 5** – Fase 2 da Análise de Conteúdo da Pesquisa

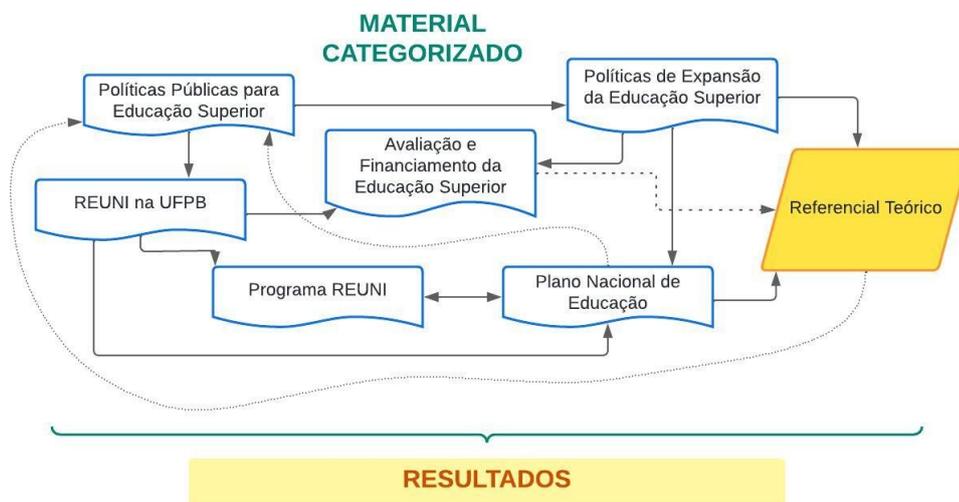
<sup>7</sup> Termo usado por Bardin (1977) para a realização de uma leitura de todo material coletado com o intuito de separá-lo e organizá-lo para a próxima fase.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Por fim, foi cumprida a fase 3 da análise, ou seja, a fase das inferências na qual ocorrem as relações entre as categorias bem como com o referencial teórico, para assim atingir os objetivos propostos e o resultado. A Figura 6 sistematiza como a fase de inferência ocorreu.

**Figura 6 – Fase 3 da Análise de Conteúdo da Pesquisa**



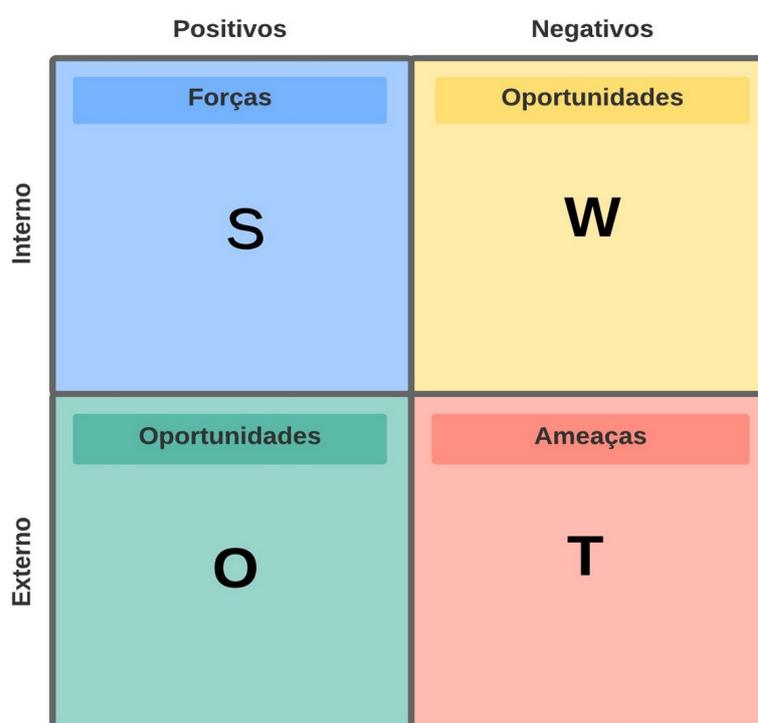
Fonte: Elaboração própria (2024).

Os dados da pesquisa foram sistematizados em um relatório técnico-científico, de modo a demonstrar as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças do CTDR, a partir dos dados coletados. Para Colacouto *et al.* (2007, p. 2),

A administração pública pode e deve se inspirar no modelo de gestão privada, mas nunca deve perder a perspectiva de que a área privada visa ao lucro e a administração pública visa realizar sua função social. Entretanto, esta função social deve ser alcançada com a maior qualidade possível na sua prestação de serviços e também com a maior eficiência possível [...].

Desse modo, utilizamos o modelo de Albert S. Humphrey (1960), a Matriz SWOT, para elaborar um relatório técnico com fundamentos científicos, para demonstrarmos as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. A Figura 7 apresenta o modelo SWOT.

**Figura 7 – Matriz SWOT/FOFA**



Fonte: Adaptado de Fraporti e Santos (2018).

Na matriz SWOT ou FOFA<sup>8</sup>, existem os fatores internos e externos a serem colocados. Assim, as forças e as fraquezas são fatores internos e, ainda, fatores positivos e negativos, respectivamente. Para fins de fatores externos a serem observados, são colocadas as oportunidades e ameaças, sendo estas negativas e aquelas positivas (Fraporti; Santos, 2018). A princípio, pontuou-se os pontos fortes e fracos e depois elencou-se as oportunidades e as ameaças. A partir disso, foi feito o relatório técnico a fim de contribuir com a avaliação da implementação do projeto REUNI no CTDR, bem como trazer recomendações de pontos de melhorias e auxiliar na tomada de decisão.

<sup>8</sup> A matriz SWOT, quando os fatores de análise são traduzidos para o português, a sigla passa a ser FOFA.

Registramos que, para a elaboração do relatório técnico, nos acostamos nas diretrizes para qualificação de produtos técnicos e tecnológicos da CAPES (CAPES, [200-?], p. 52-54)<sup>9</sup>, definido como:

um texto elaborado de maneira concisa, contendo informações sobre o projeto/atividade realizado, desde seu planejamento até as conclusões, que indica, em seu conteúdo, a relevância dos resultados e conclusão em termos de impacto social e/ou econômico e a aplicação do conhecimento produzido.

## 2.1 Estado do Conhecimento

Conforme Morosini e Fernandes (2014), **o estado de conhecimento** é a identificação, o registro e a categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, estando essa produção relacionada não apenas à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país onde está localizada e de suas relações com a perspectiva global.

Analisamos as bases de produções científicas em busca de trabalhos que abordaram a temática do REUNI e, apenas no repositório da UFPB, no período de 2007 a 2023, foram encontrados os quantitativos demonstrados no Quadro 2.

**Quadro 2** – Distribuição dos trabalhos publicados no repositório da UFPB que citaram o REUNI

TIPO DE TRABALHO	QUANTIDADE
Dissertações	444
Teses	150
Livros	05

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Aprofundamo-nos na busca pelas dissertações, e apontaremos a quantidade de publicações, por programa de pós-graduação da UFPB, conforme Quadro 3.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

**Quadro 3** – Trabalhos publicados por Programa de Pós-Graduação da UFPB

<b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE TRABALHOS PUBLICADOS</b>
Administração	11
Antropologia	01
Arquitetura e Urbanismo	07
Artes Visuais	05
Ciência da Informação	16
Ciência Política e Relações Internacionais	01
Ciências Biológicas	10
Ciências Contábeis	01
Ciências da Nutrição	01
Ciências das Religiões	08
Ciências Jurídicas	04
Computação, Comunicação e Artes	13
Desenvolvimento e Meio Ambiente	05
Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	12
Ecologia	02
Educação	60
Enfermagem	06
Engenharia Civil e Ambiental	06
Engenharia de Produção	11
Engenharia Elétrica	01
Engenharia Química	01
Engenharia Urbana e Ambiental	02
Filosofia	11
Física	03
Geografia	20
Gestão nas Organizações Aprendentes	23
Gestão Pública e Cooperação Internacional	05
História	23
Informática	01
Jornalismo	02
Letras	11
Matemática	04
Mestrado profissional em Linguística	12
Modelos de Decisão e Saúde	02
Música	06
Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	87
Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos	02
Programa Associado em Fonoaudiologia	01
Psicologia Social	04
Química	07
Serviço Social	27
Sociologia	08
Zootecnia	01
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>

Fonte: Repositório institucional da UFPB (2024).

No entanto, com o intuito de filtrar os estudos para análise com a finalidade de elaborar o estado do conhecimento, analisamos os trabalhos dos últimos cinco anos publicados pelos mestrandos do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, do Centro de Educação, da UFPB, por se tratar do Programa de Pós-Graduação da pesquisadora e, ainda, por acreditar que as pesquisas realizadas no programa são voltadas para políticas públicas implementadas no ensino superior, a exemplo do REUNI, objeto de estudo desta investigação.

Nessa perspectiva, os estudos foram identificados a partir dos descritores “REUNI” e “expansão universitária”, em português. Após filtro temporal, por programa de pós-graduação e descritores, identificamos 25 dissertações. Com a intenção de filtrar a busca para acharmos pesquisas correlatas com este trabalho, foram lidos os resumos, os objetivos e as metodologias das 25 dissertações, conforme Quadro 4.

**Quadro 4 – Trabalhos selecionados para a pesquisa**

ANO	AUTOR	TÍTULO	TEMÁTICA
2021	Alyne Gisele Fernandes da Silva Benevides	(Re)Pensando a Gestão Do Estágio Não-Obrigatório em Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba: Impasses e Perspectivas	Expansão
2021	Amanda de Aquino Sousa	Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB	Expansão
2021	Ana Cristina Crispim Maurício	A relação entre a Assistência Estudantil e o perfil socioeconômico dos estudantes do CCAES - <i>Campus IV</i> da UFPB	Expansão e Acesso ao Ensino Superior
2021	Gabrielly Belmont De Brito Lima Aragão	Retenção de estudantes contemplados com a assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Expansão e democratização
2021	Ligyta Silva Lima	Qualificação profissional <i>stricto sensu</i> dos técnicos administrativos da Universidade Federal da Paraíba	Expansão
2021	Paulino Joaquim da Silva Neto	Inclusão da pessoa com deficiência na educação superior: o comitê de inclusão e acessibilidade da UFPB para o acesso e a permanência	Expansão, acesso e permanência
2021	Thatiane Cristina Ponciano dos Santos	A extensão em educação popular na Universidade Federal da Paraíba: resgate histórico e perfil atual	Expansão
2022	Carlos Eduardo Valdivino De Carvalho	Políticas de austeridade fiscal e impactos acadêmicos na gestão do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, no período de 2014 a 2018	Expansão
2022	Claudia Patrícia Da Nóbrega	Saúde mental e trajetória estudantil	Expansão

ANO	AUTOR	TÍTULO	TEMÁTICA
	Nunes		
2022	Débora Espínola Fernandes da Mota	A gestão da informação entre setores administrativos da reitoria da Universidade Federal da Paraíba e sua contribuição nas tomadas de decisão	Financiamento
2022	Laediany dos Santos Silva	Trabalho remoto no período pandêmico: da implantação à percepção dos técnicos-administrativos na UFPB	Acesso e permanência
2022	Lígia Matias de Araújo Silva	Financiamento das instituições federais de ensino superior sob a hegemonia das políticas neoliberais de austeridade fiscal: o caso da Universidade Federal da Paraíba	Expansão
2022	Nataly Soares Leite Moro	Bibliotecas universitárias: avaliação da bibliografia básica e complementar de um curso de graduação em processo de avaliação pelo Ministério da Educação - MEC	Expansão
2022	Quézia O'hannah de Almeida Camboim	Financiamento da educação superior: análise orçamentária e avaliações dos cursos no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba	Financiamento da Educação Superior
2022	Rawênio da Silva Fernandes	Uma análise sobre a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional na Universidade Federal da Paraíba	Expansão e aumento da oferta de vagas
2022	Tales Társis Dantas Vieira	Avaliação externa dos cursos de graduação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba: da análise dos relatórios às propostas de melhoria dos cursos	Expansão e interiorização
2023	Andreia Pires De Souza	Política de assistência estudantil: uma abordagem no contexto da atenção à saúde na Universidade Federal da Paraíba	Expansão e democratização
2023	Carina Alessandra Da Nóbrega	Desafios às práticas docentes inclusivas no Instituto Federal da Paraíba	Expansão
2023	Carlos Victor Do Nascimento Moraes Filho	Gestão da educação superior: práticas de sustentabilidade nos recursos humanos da Universidade Federal de Campina Grande	Financiamento da Educação Superior
2023	José Kaio Mariano Da Silva	Planos estratégicos de internacionalização: uma análise das normativas desse processo na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Expansão
2023	Katia Félix Da Silva	Desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais: contribuição para a política de formação continuada de um Instituto Federal	Elevação do número de contratações de TAES
2023	Maria Cristiane Alves da Paz	Redes, fórum e consórcio de educação superior pública do Nordeste: aportes na otimização de forças para atuação regional	Expansão
2023	Natinelle de Meneses Pinheiro Santos	Práticas de gestão na educação superior: um olhar sobre a retenção e a evasão nas licenciaturas do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da Universidade Federal da Paraíba	Política de Expansão

ANO	AUTOR	TÍTULO	TEMÁTICA
2023	Tiago Montenegro Sales	Eficácia social da política pública de cotas no curso de medicina da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG: compreendendo as trajetórias acadêmicas de alunos/as cotistas	Aporte para a Lei de cotas, acesso e permanência
2023	Vanessa Jaqueline Ferreira Dos Santos	Gerencialismo e a gestão de pessoas na administração pública federal: caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Expansão física dos IFES, Acesso e permanência

Fonte: Repositório institucional da UFPB (2024).

As dissertações analisadas na elaboração do nosso **Estado do Conhecimento** serão tratadas com mais detalhes de seus achados e reflexões no capítulo seguinte. Importante destacar que não identificamos nenhum estudo que abordasse a avaliação do REUNI, na perspectiva do planejamento e da execução, por meio da análise de SWOT/FOFA. Assim, esta investigação se propõe a fazer a avaliação da implantação do REUNI no CTDR/UFPB, por meio de SWOT/FOFA, a fim de preencher essa lacuna acadêmica e ainda social, pois a pesquisadora almeja produzir um relatório técnico que possa subsidiar a gestão, para ações futuras de melhorias no Centro e, conseqüentemente, para a educação pública, no ensino superior.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As diferenças entre as classes sociais presentes na sociedade levam-na a vivenciar desigualdades que permeiam todo o sistema de educação. A questão da oferta de um ensino de qualidade enfrenta obstáculos desde a alfabetização dos indivíduos até as perspectivas de acesso e permanência no ensino superior. E, visando garantir os direitos previstos na Constituição Federal e nas legislações em vigor, para todas as classes sociais, o Estado implanta ações e programas: as políticas públicas.

De acordo com Souza (2006), o conceito de políticas públicas surgiu em meados do ano de 1948, como uma forma de diminuir os impactos do período pós-guerra, com o surgimento da *RAND Corporation*, uma organização não-governamental, norte-americana, financiada por recursos públicos e privados, que tinha o objetivo de aplicar métodos científicos às formulações e decisões do governo sobre problemas públicos, que se expandiu em seguida para outras áreas, inclusive para a área social.

De acordo com Agum, Riscado e Meneses (2015, p. 16), temos como conceito de Políticas Públicas

[...] o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real.

As desigualdades sociais, que são observadas, atualmente, surgem e são percebidas, em nosso passado, desde o Império, seguindo com suas mazelas para o período republicano. Silva e Souza (2018) afirmam que essa dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação para o trabalho, enquanto a elite era preparada para assumir os postos da burocracia do Estado Nacional recém implantado, tem sua origem no período monárquico, mas atinge sua organicidade na Primeira República, com sua estruturação sendo construída na legislação vigente, juntamente com o desarranjo e a precariedade em que se encontrava a organização social, na qual predominavam as várias manifestações da desigualdade, refletidas no campo educacional, político e econômico.

A compreensão de educação como um conceito de obrigação moral e uma ferramenta que contribui para minimizar as desigualdades sociais e econômicas só foi percebido, mesmo que de maneira ainda incipiente, a partir da Era Vargas. Britto (1991) diz que, na história

constitucional brasileira, a educação foi tratada pela primeira vez de forma explícita na alínea “b”, parágrafo único, artigo 150, da Constituição de 1934, que regulou ao Plano Nacional de Educação a gratuidade do ensino primário, objetivando a acessibilidade.

Foi apenas a partir da Constituição de 1988, em seu artigo 205, que o ensino público gratuito se tornou um direito do cidadão e um dever do Estado e da família; o ensino fundamental foi posto como obrigatório e houve previsão de que o ensino médio também seria obrigatório gradualmente.

A promulgação converteu o acesso e a permanência escolar em princípios constitucionais. Em seu artigo 212, estabeleceu que a União deveria aplicar, anualmente, o mínimo de 18% de sua receita decorrente de impostos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; os estados e Distrito Federal e os municípios, o mínimo de 25%.

Considerando o exposto por Smarjassi e Arzani (2021), as Políticas Públicas em Educação consistem em programas ou ações elaboradas pelos governos, visando a efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal, com o objetivo de colocar em prática medidas que assegurem o acesso à Educação para todos os cidadãos.

No Brasil, após o fim da ditadura e com a posse do primeiro presidente eleito diretamente, a nação caminhava para uma nova configuração no âmbito das políticas públicas, mas que foi interrompida em razão de toda a agitação política que assolou o país em torno do processo de *impeachment* e posterior renúncia do ex-presidente Fernando Collor de Mello (Araújo, 2011).

A partir de então, a educação do país abandonou os trilhos da racionalidade técnica e, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e, posteriormente, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), passou a caminhar por vias neodesenvolvimentistas que, segundo Boito Júnior e Berringer (2013), é a política de desenvolvimento possível, nos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.

O governo FHC assume logo após a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, ocorrida no ano de 1990, evento que contou com a participação do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no qual os países participantes se comprometeram em assegurar a oferta de uma educação básica de qualidade para a população mundial, baseada na ideia de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Dallagnol, 2014).

Durante os dois mandatos de FHC, podemos destacar como principais Políticas Públicas para a Educação: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), em 1996; a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Nacionais Curriculares, em 1997; a criação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), em 1999; e o Plano Nacional de Educação, em 2001.

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, tendo seu foco direcionado à construção de políticas e programas com a finalidade de melhorar a educação, com os seguintes objetivos:

A elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 2001, p. 4).

Tivemos, como desdobramento do PNE, a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, durante o governo do presidente Lula, no ano de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril, de 2007. Tratou-se de um plano executivo proposto pelo governo, que possuía metas para os níveis de ensino, constituído por diversos programas, e com a finalidade de melhorar a qualidade do serviço educacional no Brasil.

No PDE, a Educação Superior foi norteadada por alguns princípios: a expansão da oferta de vagas; a garantia de qualidade da educação; a inclusão social; o acesso à educação; e a expansão da oferta. De acordo com o Plano Plurianual (2008 – 2011), o PDE previa para o ensino superior: a democratização do acesso, por meio da oferta de bolsas via Programa Universidade para Todos (Prouni), articulando-se ao FIES, e o apoio ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi um programa instituído pelo Governo Federal, através da publicação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O programa tinha como principais dimensões: aumento de vagas de ingresso, principalmente no turno noturno; diminuição das taxas de evasão; ocupação de vagas ociosas; e, especificamente, oferta da Educação Superior a, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, até o final do período, bem como aumento da relação professor/aluno para 18, em cursos presenciais.

Após a publicação do Decreto, o Ministério da Educação publicou as diretrizes para que cada instituição elaborasse um projeto, a ser aprovado por seus respectivos Conselhos

Superiores e, desse modo, realizar a adesão e a implantação do REUNI. Todas as Universidades Federais aderiram ao REUNI, e o número de municípios atendidos por Universidades Públicas passou de 114 para 237, até o final de 2011.

Nas dissertações analisadas na elaboração do nosso **Estado do Conhecimento**, percebemos que, em grande parte dos trabalhos analisados, o REUNI é apresentado nas temáticas: expansão, acesso e permanência e financiamento da educação superior.

No que tange ao acesso, destacamos a pesquisa de Sales (2023), que analisou a “Eficácia social da política pública de cotas no Curso de Medicina da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG: compreendendo as trajetórias acadêmicas de alunos (as) cotistas”. Nesta pesquisa, o autor afirmou que o REUNI foi um dos principais e mais importantes programas já criados, no âmbito do acesso, da permanência e da expansão da educação superior pública no Brasil e, a partir deste, a expansão e a reestruturação das universidades públicas brasileiras passaram por transformações, nos aspectos político, administrativo e acadêmico.

Registramos ainda, na pesquisa de Silva (2023), que trabalhou o tema “Desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais: contribuição para a política de formação continuada de um Instituto Federal”, a constatação de que 80% dos Técnicos em Assuntos Educacionais do Instituto de Educação da Paraíba (IFPB) haviam sido contratados a partir do ano de 2009, tendo a pesquisa atribuído esse percentual ao período de implantação e execução do REUNI.

Verificamos ainda, no estudo de Camboim (2022), que investigou o tema “Financiamento da educação superior: análise orçamentária e avaliações dos cursos no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba”, a informação de que o maior número de empenhos para obras e manutenções no Centro estudado foi contabilizado no ano de 2011, sendo proveniente de um repasse oriundo do Projeto REUNI da UFPB, que refletiu em melhorias no âmbito do Centro de Tecnologia da UFPB. Foi considerado, ainda, que o impacto refletiu positivamente, ao longo dos anos, pois a expansão realizada foi preservada pela gestão e estabeleceu base para as futuras turmas de graduação e pós-graduação.

A partir dessa análise, verificamos que a implementação do programa REUNI trouxe benefícios, em termos de inclusão, em especial para estudantes negros e oriundos de escolas públicas, aumento de vagas e de cursos, além do aumento da produção científica. Tal conclusão também é observada na pesquisa de Andriola e Araújo (2021), que analisaram os impactos do Reuni nas Universidades Federais brasileiras, nos aspectos acadêmicos, de qualificação de servidores e de financiamento. A pesquisa apontou a relevância do Reuni para

o ensino de graduação e de pós-graduação, concluindo com a inferência de aumento das oportunidades de estudo para a sociedade brasileira, por meio da oferta de novas vagas e cursos.

Já Paula e Almeida (2020) realizaram uma pesquisa documental nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras e analisaram os indicadores de desempenho destas, a partir do Projeto Reuni, tendo constatado um aumento nos gastos para manter as novas e as reformadas estruturas universitárias, além de avanços nos índices da Pós-graduação e na qualificação do corpo docente, o que refletiu na elevação dos conceitos dos cursos avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Araújo (2011) afirma que os apoiadores do programa acreditavam que os subsídios de recursos para as instituições representariam um novo fôlego para as ações universitárias, as quais historicamente eram sacrificadas pela racionalização de gastos.

Foram criadas 08 novas Universidades, o que possibilitou a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. Foram elas: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNESSPA), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

De acordo com o Censo da Educação do INEP, em 2003, tínhamos o número e percentual de Instituições, por Categoria Administrativa, conforme Tabela 1.

**Tabela 1** – Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (2003)

<b>Instituições</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Federal	83	4,5
Estadual	65	3,5
Municipal	59	3,1
Privada	1652	88,9
<b>Total</b>	<b>1859</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Deas/INEP/MEC, 2003.

Já o número de matrículas em cursos presenciais, no ano de 2003, está demonstrado na Tabela 2:

**Tabela 2** – Matrículas em cursos presenciais, por Categoria Administrativa (2003)

<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Capital</b>	<b>%</b>	<b>Interior</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pública	497.784	43,8	638.586	56,3	1.136.370	29,2
Privada	1.278.015	46,4	1.472.637	53,5	2.750.652	70,8
<b>Total</b>	<b>1.775.799</b>	<b>45,6</b>	<b>2.111.223</b>	<b>54,3</b>	<b>3.887.022</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Deas/INEP/MEC (2003).

Ao final da execução do Programa REUNI, no ano de 2012, o INEP apresentou os seguintes dados, conforme Tabela 3, no Censo da Educação Superior.

**Tabela 3** – Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (2009-2012)

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Categoria administrativa</b>			
		<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
<b>2009</b>	2.314	94	84	67	2.069
<b>2010</b>	2.378	99	108	71	2.100
<b>2011</b>	2.365	103	110	71	2.081
<b>2012</b>	2.416	103	116	85	2.112

Fonte: MEC/INEP (2009-2012).

O número de matrículas em cursos presenciais no ano de 2012 estão expostos na Tabela 4:

**Tabela 4** – Matrículas em cursos presenciais, por Organização Acadêmica (2009-2012)

<b>Organização Acadêmica</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Total</b>	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688
<b>Faculdade</b>	1.784.046	1.990.402	2.084.671	2.027.982
<b>Centro Universitário</b>	795.033	836.680	921.019	1.085.576
<b>Universidade</b>	3.306.845	3.464.711	3.632.373	3.812.491
<b>IF/CEFET</b>	68.097	87.506	101.626	111.639

Fonte: MEC/INEP (2009-2012).

A partir das tabelas e considerando apenas o período de execução do projeto, observamos um crescimento, no número de instituições, da ordem de 24% e, no número de matrículas, de 225%.

O REUNI recebeu algumas críticas, como a abertura de instituições em locais que não possuíam demandas justificáveis, a contratação de servidores para atuarem em cursos e instalações não construídas, entre outras. Segundo Correia (2008, p. 4),

[...] é de se considerar que os propósitos do REUNI até podem ser viáveis. Porém, se não houver um redirecionamento no uso dos recursos públicos para bancar as atividades de expansão que ele assume, corremos o risco de ver o REUNI cair na conta daqueles projetos que, ainda que bem pensados e intencionados, nada puderam alcançar porque, paralelo a eles, o Estado se fez indiferente aos direitos sociais.

Mas também foi bastante aclamado e reconhecido como um instrumento de subsídio ao acesso e à permanência ao ensino superior, sendo a democratização a característica mais reconhecida do referido programa. A esse respeito, Martins (2017, p. 11) afirma que

[...] o REUNI, em sua origem, é legitimado especialmente pelo discurso de democratização. A democratização do acesso à Educação Superior, aspecto imprescindível numa sociedade, como a brasileira, em que esse nível de ensino encontrava-se restrito a uma parcela pequena da população, ganhou solidez e legitimidade ao ser propalada por um ex-operário eleito presidente. Este é, sem dúvida, um elemento de suma importância para compreender em que medida o contexto em que o REUNI foi instituído se faz presente nesse Programa, ao mesmo tempo em que possibilita enxergá-lo como consequência desse mesmo movimento.

Dando continuidade a essa análise, passaremos a descrever como se deu o Projeto REUNI, na UFPB e no CTDR, apresentando suas particularidades e detalhamentos.

## **4 O REUNI E A SUA VISÃO INOVADORA: O CTDR**

No presente capítulo, apresentamos uma análise detalhada dos resultados obtidos a partir da aplicação do método proposto. Os dados foram coletados a partir de solicitações institucionais aos setores competentes e, nesta unidade, os confrontaremos com as projeções previstas no projeto Reuni da UFPB.

Nesta sessão, atenderemos ao segundo objetivo específico da pesquisa: verificar o cumprimento (ou não) pelo CTDR das metas propostas no Projeto REUNI/UFPB, no período de 2009 a 2019.

### **4.1 A criação do CTDR: revendo seu percurso histórico**

Em 12 de novembro de 2007, o reitor da UFPB, Professor Rômulo Soares Polari, submeteu o projeto REUNI/UFPB à aprovação pelo Conselho Universitário, através da Resolução nº 27/2007, a qual apresentava o diagnóstico da situação atual da instituição, os objetivos e as metas a serem alcançados, no período de 2008 a 2012, além das estratégias e dos indicadores.

O projeto da UFPB abordava os seguintes pontos: melhoria de gestão acadêmica; formação docente; plano de contratação de pessoal docente e técnico administrativo, plano diretor de infraestrutura; cronograma de criação de novos cursos e aumento de vagas; cronograma de execução de obras; orçamento parcial e global; sistema de acompanhamento e avaliação e impactos globais.

Ao analisarmos a pesquisa de Castelo Branco e Jezine (2013), intitulada “A Expansão da (na) UFPB: Avaliando o REUNI (2008 a 2012)”, observamos o Quadro 5 que explana o crescimento dos Centros e Cursos na UFPB:

**Quadro 5** – Número de centros e cursos por *campus* universitário (2006-2012)

Centro	Nº. de Cursos	
	2006	2012
<i>Campus I – João Pessoa</i>		
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA	12	16
Centro de Comunicação, Turismo e Artes – CCTA	13	19
Centro de Educação – CE	01	06
Centro de Ciências Sociais Aplicadas CCSA	04	07
Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN	11	11
Centro de Energias e Alternativas Renováveis – CEAR	01	02
Centro de Informática – CEINFO	02	03
Centro de Biotecnologia – CBIOTEC	00	01
Centro de Tecnologia – CT	06	10
Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR	00	03
Centro de Ciências da Saúde – CCS	09	12
Centro de Ciências Médicas – CCM	01	01
Centro de Ciências Jurídicas – CCJ	01	02
<i>Campus II – Areia</i>		
Centro de Ciências Agrárias – CCA	04	07
<i>Campus III – Bananeiras</i>		
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA	03	05
<i>Campus IV – Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape)</i>		
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE	07	14
UFPB Virtual – EAD	02	07
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>126</b>

Fonte: Castelo Branco e Jezine (2013, p. 73).

Os dados apresentados por Castelo Branco e Jezine (2013) são bastante expressivos e demonstram a dimensão que o Projeto REUNI adquiriu na UFPB, não apenas pelo aumento de cursos (quase o dobro do panorama existente antes do REUNI), mas também pela criação de novos centros: seis no total, sendo eles o CCTA (com a divisão do CCHLA e criação de seis novos cursos), CEAR (com a divisão do CT e criação de novo curso), CEINFO (com a divisão do CCEN e criação de dois novos cursos), CBIOTEC (com a divisão do CCS e criação de um novo curso) e o CTDR (com a criação de três novos cursos), objeto de estudo da nossa pesquisa.

O tema da expansão também foi abordado na pesquisa de doutorado realizada por Diniz (2020), que analisou o REUNI na UFPB, com foco no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), a partir da qual foi concluído que houve significativo desenvolvimento do Centro, com a execução do projeto REUNI.

Fortaleceu a política de expansão do Sistema Federal do país assim como se configurou enquanto um marco das mudanças que ocorreram na educação superior, de modo que ele se constituiu em um contributo fundamental para a compreensão da trajetória da educação superior no Brasil e, especialmente, para a prática educativa do CCSA da UFPB/CAMPUS I. Muito embora, tenha deixado lacunas no que se refere ao fortalecimento do acesso e permanência do discente na educação superior pública devido à falta de

continuidade e consolidação de suas medidas de expansão (Diniz, 2020, p. 136).

Como afirma Diniz (2020), o caráter expansionista possibilitado pelo REUNI é apresentado como expressivo pelos estudos, muito embora essa expansão tenha gerado consequências que aprofundam as desigualdades no acesso e na permanência dos sujeitos em situação de vulnerabilidade em relação à elite, que sempre caracterizou a educação superior, agora tendo que conviver com novos públicos, que exigem acolhimento e políticas mais robustas de manutenção e assistência estudantil.

Além de ser considerada uma política de ampliação do acesso, pela expansão de vagas na educação superior, o REUNI também tem sido considerado como uma política de inovação, trazendo à Universidade a discussão de novos cursos mais alinhados com o mundo do trabalho, inclusive de cursos de Tecnólogos, antes restritos aos Institutos Federais. É assim que surge a discussão para a criação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), que passamos a discutir.

Registramos ainda, que esse tema **inovação** foi abordado pelo Gestor 01 durante a entrevista semiestruturada da nossa pesquisa:

O CTDR foi criado na intenção de inovar um pouco a questão do ensino na UFPB com os cursos tecnológicos, inicialmente com os cursos de tecnologia em produtos de origem animal, tecnologia em produção sucroalcooleira e tecnologia em gestão pública. Exatamente cursos superiores em tecnologia (G1)<sup>10</sup>.

Apoiados em Soares (2009), entendemos que a inovação no serviço público é de fundamental importância para confrontar os desafios contemporâneos e promover uma administração mais eficiente e voltada à população. Nesse sentido, observamos, em um trecho da entrevista de um dos gestores, que a natureza dos cursos criados para o CTDR visava atrair o público regional à medida em que oferecia uma natureza mais prática:

Um centro mais vocacionado conforme a sua região de localização, no caso aqui a Paraíba, e ofertando cursos **mais práticos** de maior inserção social, no sentido de atrair pessoas que se identificassem com essas vocações locais [...] (CGPB, grifo nosso).

---

<sup>10</sup> Utilizaremos a nomenclatura de “G1” e “G2”, para o gestores sujeitos da pesquisa a fim de cumprir com os aspectos éticos do estudo definidos na seção 2 desta pesquisa. A numeração foi colocada com a ordem de realização das entrevistas, o número “1” para a primeira entrevista; e o número “2”, para a segunda entrevista

Tal visão inovadora também corresponde à missão prevista para o CTDR, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI / 2009 – 2012:

Fornecer um ambiente propício à formação de profissionais com base na ética, cidadania, conhecimento técnico-científico aplicado à prática e no atendimento às necessidades econômicas contemporâneas, por meio de uma proposta educacional **continuamente inovadora**, assim contribuindo para uma melhor qualidade de vida do indivíduo, da sociedade e promovendo perspectivas de futuro contextualizadas com a realidade regional e integradas ao desenvolvimento do Brasil (UFPB, 2009, p. 144).

Nesse sentido, observamos que a gestão alinhou o PDI ao Projeto Reuni, anteriormente aprovado (2007), sendo em ambos prevista a criação do CTDR como um Centro alicerçado na inovação, tendo o compromisso de manter-se na busca pelo aperfeiçoamento.

Para reforçar nossos argumentos, Soares (2009) considera que a inovação é imprescindível para manter o Estado atualizado, com um aparelho e práticas consonantes aos anseios da sua sociedade, sua razão de existir. Portanto, é de crucial importância investir em novas ideias e tecnologias no serviço público, de modo a garantir que as instituições governamentais continuem a cumprir seu papel essencial de promover o bem-estar e o progresso coletivo, alinhados aos desafios e às expectativas contemporâneas.

#### 4.2 REUNI no CTDR/UFPB: avaliação da criação e implantação de metas propostas

No referido Projeto REUNI UFPB, foi apresentada como primeira proposta de ação inovadora a criação do CTDR, com dois cursos de Tecnologia (Tecnologia Sucroalcooleira e Tecnologia de Produtos de Origem Animal), e um curso de graduação multi e interdisciplinar em Gestão, Planejamento e Finanças do Setor Público. Ressalta-se que esses são os primeiros cursos de tecnologia criados na UFPB, antes caracterizada por ofertar cursos de licenciatura e bacharelado, em nível de graduação, conforme descritos no PDI (2009-2012). Para autorizar o funcionamento dos cursos de tecnólogos, a UFPB teve que aprovar a Resolução nº 24/2009, que “autoriza o funcionamento no âmbito da UFPB dos cursos tecnólogos de que tratam o Decreto Federal nº 5.773/06 e legislação complementar do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do MEC” (UFPB, 2009, p. 144), uma vez que não havia previsão legal para o seu funcionamento em seu Estatuto ou no Regimento Geral da UFPB. Como detalhamento da previsão legal, citamos o Art. 1º, da referida Resolução:

Fica autorizado o funcionamento no âmbito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dos cursos tecnológicos de que tratam o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, a Resolução CNEE/CP nº 03/2002, os pareceres nº 436/2001 e 277/2006, bem como a Portaria Ministerial MEC nº 10, de 28/06/2006 (UFPB, 2009, p. 1).

Para atender ao pleno funcionamento dos cursos a serem criados, foi prevista a construção do CTDR em uma área que pertencia à UFPB, com 45 hectares, localizada no bairro de Mangabeira, apresentada na Figura 8.

**Figura 8** – Terreno do CTDR



Fonte: Arquivo setorial do CTDR (2006).

Quanto à utilização da área, apontamos um trecho da entrevista com o G2:

Nós coordenamos as equipes que trabalharam com elaboração desse projeto político pedagógico, que era a concepção desses 3 cursos, que era a ideia da administração central da época, para formar um novo centro. E esse viria para a unidade Mangabeira, onde já existia uma fazenda que compunha o Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (NUPPA). **E uma melhor utilização dessa área tão próxima de crescimento**, que é terreno da própria UFPB. **E ali se formar inicialmente o CTDR**, é criar o CTDR (G2, grifo nosso).

Registramos que o NUPPA (apresentado na figura 9, a seguir, e citado na entrevista), trata-se do Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos da UFPB, criado pela Resolução nº 24/1979 – CONSEPE/UFPB, com sede no bairro de Mangabeira e que,

conforme a Resolução nº 28/1997 – CONSUNI/UFPB, tem o objetivo de subsidiar as pesquisas relativas à área de alimentos, da UFPB e do Nordeste, sendo suas ações executadas por equipes multidisciplinares, formadas por servidores de diversos departamentos da universidade, ficando sob a responsabilidade do Centro de Tecnologia da UFPB, em razão de sua afinidade com as áreas de Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos.

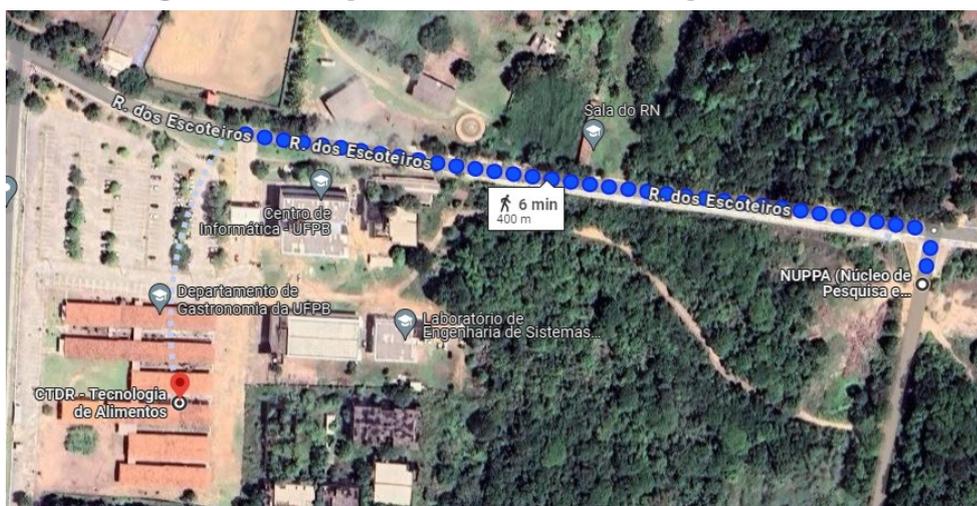
**Figura 9** – Vista frontal do NUPPA



Fonte: Site do Centro de Tecnologia da UFPB (2024).

De modo a demonstrar a proximidade entre o CTDR e o NUPPA, apresentamos uma imagem aérea da unidade Mangabeira, que mostra a distância entre as unidades, na figura 10.

**Figura 10** – Imagem aérea da Unidade Mangabeira/UFPB



Fonte: Google Maps (2024).

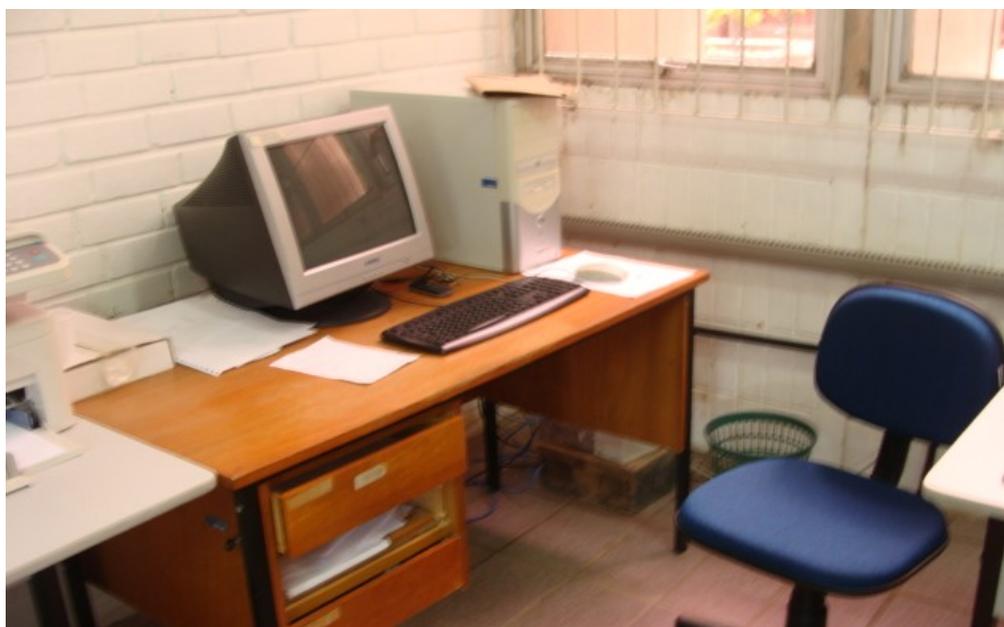
Neste sentido, o gestor 01 acrescenta, ainda, que a área destinada para construção do CTDR estava sendo invadida:

O ambiente estava muito fraco para se criar mais um curso dentro do CT. E como na UFPB tem essa área aqui em Mangabeira, aí surgiu a ideia de trazer esses cursos para cá, até **porque já estavam vindo invasões**, o NUPPA estava com pouco trabalho, pouca demanda. E pra ocupar essa área, o CTDR veio pra cá (G1, grifo nosso).

O CTDR foi criado a partir da Resolução CONSUNI nº 04/2009 e começou seu funcionamento ainda sem instalações físicas, em instalações provisórias cedidas pelo Centro de Tecnologia (CT/UFPB) e, após a criação dos departamentos e cursos, passou a funcionar em uma sala cedida pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB). Os ambientes administrativos também funcionaram em salas cedidas, e as aulas teóricas e práticas de laboratórios eram ministradas nas dependências de outros Centros Acadêmicos da UFPB.

A seguir, vemos as figuras 11 e 12, que mostram as precárias instalações do CTDR, à época de sua criação.

**Figura 11** – Instalações do CTDR no CT/UFPB



Fonte: Arquivo Setorial do CTDR (2008).

**Figura 12** – Instalações do CTDR no CCSA/UFPB



Fonte: Arquivo Setorial do CTDR (2013).

Inicialmente, o Centro era composto por três departamentos: Departamento de Tecnologia em Produção de Origem Animal, Departamento de Tecnologia Sucroalcooleira; e Departamento de Tecnologia e Gestão. Esses departamentos ofereciam, respectivamente, três cursos: Tecnologia em Produção de Origem Animal (criado por meio da Resolução nº 31/2010-CONSUNI), Tecnologia em Produção Sucroalcooleira (criado pela Resolução nº 35/2010-CONSUNI; e Tecnologia em Gestão Pública (criado a partir da Resolução nº 22/2009-CONSUNI).

O CTDR, em sua sede definitiva, foi construído no *Campus* Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – *campus* V da UFPB. O prédio do CTDR no bairro de Mangabeira foi concluído no ano de 2013, tendo sua aula inaugural no dia 03 de outubro do referido ano, em uma solenidade presidida pela então reitora da UFPB, a Professora Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz, conforme Figura 13.

**Figura 13** – Aula inaugural do CTDR, proferida pela Reitora da UFPB, Profa. Margareth Diniz



Fonte: Arquivo Setorial do CTDR (2013).

Ao longo do período avaliado, o CTDR passou por algumas alterações em sua estrutura departamental e acadêmica:

- ✓ O Curso de Tecnologia em Produtos de Origem Animal foi renomeado para Tecnologia de Alimentos, em 29 de junho de 2011 – Resolução CONSUNI nº 13/2011;
- ✓ O Departamento de Tecnologia e Gestão foi transferido para o CCSA/UFPB, em 25 de fevereiro de 2014 – Resolução CONSUNI nº 03/2014;
- ✓ O Departamento de Hotelaria e Gastronomia foi relocado do *Campus IV* da UFPB para o CTDR, em 29 de maio de 2013 – Resolução CONSUNI nº 38/2013;
- ✓ O Departamento de Hotelaria e Gastronomia foi extinto e criado o Departamento de Gastronomia, em 24 de fevereiro de 2015 – Resolução CONSUNI nº 01/2015.

O *campus* também foi renomeado, a partir da Resolução CONSUNI nº 20/2017, fundamentando-se na legislação vigente. Desse modo, foi extinto o *campus V* da UFPB e foi criada a Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, pertencente ao *campus I*.

Quanto à nomenclatura do Centro, destacamos o termo “Desenvolvimento Regional” que, na perspectiva dos sujeitos presentes no documentário “**10 anos do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional**”, identificamos:

[...] quanto que retornassem depois de sua formação acadêmica, permanecessem na região para fazer o desenvolvimento regional, tanto

que temos essa expressão no próprio nome do centro: Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CGPB).

Conforme Therrien e Cartaxo (1980), as universidades se destacam como instituições com função crítica e transformadora nas relações de desenvolvimento econômico e tecnológico nas regiões onde estão localizadas. Assim, como Chauí (2003) afirma, é de responsabilidade do Estado a oferta de educação que proporcione condições adequadas para capacitar a população para suprir as demandas da sociedade, não se resumindo apenas a formar profissionais para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, esta pesquisa também identificou o objetivo do desenvolvimento regional, no âmbito do funcionamento do Centro, em dois trechos da entrevista da assessoria de extensão do CTDR, à época:

[...] até 2014 não existiam laboratórios com infraestrutura no CTDR, então os docentes que já faziam parte do corpo do CTDR não podiam conduzir suas pesquisas laboratoriais neste centro, o segundo fator foi a grande vontade desses docentes em fazer atividades, ações, que tivessem um diferencial na vida da sociedade. **E assim poder cumprir com o objetivo do centro, que é o desenvolvimento regional** (A.B, grifo nosso).

O impacto dos projetos de extensão na formação técnica e cidadã dos nossos estudantes no CTDR é imensurável, nós tivemos aproximadamente 400 estudantes participando de ações de extensão dentro do CTDR, **nesses últimos 10 anos, levando o conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e gastronômico para o desenvolvimento da nossa sociedade paraibana** (A.B, grifo nosso).

Tal inferência da assessoria registra que o CTDR manteve, em seu funcionamento, a busca por atingir o desenvolvimento regional. Desse modo, entendendo o termo “desenvolvimento regional”, conforme Corrêa (2019), como as mudanças nas bases sociais e econômicas, alterações estruturais e, sobretudo, uma estratégia elaborada de forma conjunta entre os diversos atores da região, observamos ainda, em outro trecho da entrevista com os gestores, a identificação de alterações ocorridas no bairro, após a instalação do CTDR:

E tem várias lojas no entorno do campus, a própria instalação do campus CTDR em Mangabeira terminou promovendo esse **desenvolvimento** no entorno da unidade aqui em torno do campus (GM, grifo nosso).

Observamos que, após a instalação do CTDR, no bairro de Mangabeira, houve a melhoria na infraestrutura básica local, como o calçamento das ruas no entorno da Unidade Acadêmica, a inserção do Centro como rota de algumas linhas de transporte público, a

instalação de paradas de ônibus, bem como, conforme mencionado pelo entrevistado, a instalação de diversas lojas e equipamentos de serviços nas proximidades, conforme pode ser visualizado na Figura 14.

**Figura 14** – Ruas no entorno do CTDR

(À esquerda, a Rua dos Escoteiros no ano de 2011; à direita, no ano de 2021)



Fonte: Arquivo setorial do CTDR (2011).

Fonte: Google Maps (2021).

No mesmo sentido, ao analisarmos a missão prevista para o CTDR, conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional, temos:

A visão de futuro do CTDR está alinhada com a visão da UFPB no sentido de manter-se como um centro de referência no ensino público, pesquisa e extensão, funcionando com uma boa infra-estrutura e um modelo gerencial democrático e eficiente, adequados às múltiplas transformações e demandas da sociedade, tendo uma relevante atuação dinamizadora no **desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, visando à melhoria da qualidade de vida** (UFPB, 2009, p. 144, grifo nosso).

Ao confrontarmos o texto do impacto previsto no PDI, com o depoimento do gestor e com as imagens da área do CTDR, observamos que houve de fato uma modificação nas características da área no entorno das instalações do Centro Universitário, como um importante elemento de desenvolvimento, porém os documentos disponíveis na pesquisa realizada ainda não apontam para impactos em âmbito local, regional e nacional.

Para ampliar essas constatações acerca das contribuições do CTDR, utilizamos dados coletados a partir do Sistema de Acompanhamento de Egressos (SAEGO), lançado em 02 de agosto do corrente ano<sup>11</sup>. Foram analisadas as seguintes informações sobre os ex-alunos do

<sup>11</sup> Disponível em: <https://lema.ufpb.br/saego/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CTDR: percentual de empreendedorismo, ocupação assalariada (figura 15), empreendedora e/ou em formação dos egressos dos cursos do CTDR (figura 16) e, por fim, algumas estatísticas salariais desses egressos (figura 17).

**Figura 15** – Percentual de empreendedorismo por Cursos do CTDR

Empreendedorismo por Curso			
Curso	Egressos	Empreendedores	Taxa
Gastronomia	49	3	6,1%
Tecnologia Em Produção Sucoalcooleira	69	4	5,8%
Tecnologia De Alimentos	85	2	2,4%
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>9</b>	<b>4,4%</b>

Fonte: Dados disponíveis no SAEGO (2024).

**Figura 16** – Ocupação assalariada, empreendedora e/ou em formação dos egressos do CTDR

Estatísticas Salariais ao mês				
Média	Mínimo	Máximo		
<b>R\$ 2.576</b>	<b>R\$ 568</b>	<b>R\$ 13.702</b>		
Sumário Estatístico por Curso				
Curso	Ocupados	Média	Mínimo	Máximo
Gastronomia	21	R\$ 3.115	R\$ 1.100	R\$ 9.166
Tecnologia Em Produção Sucoalcooleira	29	R\$ 2.544	R\$ 568	R\$ 13.702
Tecnologia De Alimentos	43	R\$ 2.333	R\$ 1.071	R\$ 7.710

Fonte: Dados disponíveis no SAEGO (2024).

**Figura 17** – Estatísticas salariais ao mês dos egressos do CTDR

Amostra de Egressos		Taxa de Ocupação	
<b>202</b>		<b>56,9%</b>	
Ocupação assalariada, empreendedora e/ou em formação			
Curso	Egressos	Ocupados	Taxa
<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologia De Alimentos	85	50	58,8
<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologia Em Produção Sucoalcooleira	68	38	55,9
<input checked="" type="checkbox"/> Gastronomia	49	27	55,1
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>115</b>	<b>56,9</b>

Fonte: Dados disponíveis no SAEGO (2024).

Com base nos dados, percebe-se um baixo percentual de empreendedorismo dos cursos ofertados no CTDR, porém estes apresentam taxa de ocupação superior a 50%, sendo a média de 56,9% para o Centro. O curso de Tecnologia em Produção Sucoalcooleira possui o

maior valor salarial, apesar do menor valor também, o que repercute em sua média salarial, tornando-a mais baixa. Os cursos, em geral, possuem baixa média salarial, sendo em torno de R\$ 2.576,00 mensais. Em síntese, apesar da baixa média salarial, os cursos apresentam consideráveis percentuais de empregabilidade.

#### 4.3 O CTDR ideal e o real: análise das metas propostas e executadas, no período de 2009 a 2019

De modo a cumprir com um dos objetivos específicos de nossa pesquisa, a presente seção apresenta os dados previstos para o CTDR, no âmbito do projeto REUNI, com o percentual de cumprimento dos referidos índices. Inicialmente, analisaremos a perspectiva de contratação de servidores, técnicos administrativos e docentes, conforme quadro 6.

**Quadro 6** – Contratações previstas no Projeto REUNI para toda UFPB (2008-2012)

SERVIDORES	QUANTIDADE CONTRATADA ANUALMENTE					TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	
Docentes retides <sup>12</sup>	87	91	91	71	55	395
Técnicos administrativos	100	104	104	82	64	454
Nível Médio	65	68	68	54	42	297
Nível Superior	35	36	36	28	22	157

Fonte: Projeto Reuni/UFPB (2007).

Observa-se, inicialmente, um crescimento significativo nos três primeiros anos do Reuni, tanto para a previsão de contratação de servidores docentes quanto técnico-administrativos, ocorrendo uma queda progressiva nos dois últimos anos de vigência do projeto, o que parece ser compatível para atender ao impacto inicial causado na estrutura didática e administrativa da UFPB.

A seguir, apresentamos a previsão de contratação de servidores para o CTDR, no mesmo período descrito para a UFPB, no quadro 7.

**Quadro 7** – Contratações de servidores previstas no Projeto REUNI para o CTDR (2008-2012), com suas respectivas dotações orçamentárias

	Dotações Orçamentárias (Valor em R\$1,00)	Total
--	---	-------

<sup>12</sup> “Retide” significa Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, regime regulamentado por meio do Decreto nº 60.091, de 18 de janeiro de 1967.

Órgão e Ações Atividades	2008		2009		2010		2011		2012		Qtde	Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor		
<b>CTDR</b>	<b>9</b>	<b>145.898</b>	<b>19</b>	<b>1.004,057</b>	<b>16</b>	<b>953,378</b>	<b>16</b>	<b>953,378</b>	<b>12</b>	<b>889,899</b>	<b>72</b>	<b>3.946,61</b>
Nº de Professores Retidos	0	0	10	858.159	10	858.159	10	858.159	10	858.159	40	3.432,63
Nº TAS's Nível Médio	8	126.959	8	126.959	6	92.219	6	95.219	2	31.740	30	476.09
Nº TAS's Nível Superior	1	18.940	1	18.940	0	0	0	0	0	0	2	3.787

Fonte: Projeto Reuni/UFPB (2007).

Observa-se uma previsão orçamentária bastante expressiva reservada para a contratação docente, enquanto a previsão para a contratação de servidores técnico-administrativos é bastante inferior, sobretudo daqueles de nível superior. Porém, há uma melhor distribuição da dotação a partir de 2009, possivelmente decorrente do ano de criação do centro e dos cursos nele alocados.

Apresentaremos, na sequência, o quadro 8, com o demonstrativo de contratações realizadas para o CTDR, no período de 2008 a 2019:

**Quadro 8** – Demonstrativo do ingresso de servidores por ano, no período de 2008 a 2019

ANO	CATEGORIA	
	TÉCNICO	DOCENTE
<b>2008</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>2009</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>2010</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>2011</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
<b>2012</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
2013	7	10
2014	3	3
2015	1	5
2016	5	3
2017	5	1
2018	1	0
2019	5	0
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>40</b>

Fonte: Projeto Reuni/UFPB (2007).

Observação: em destaque [ ] os anos de execução do REUNI/UFPB.

Analisando os dados da pesquisa, observamos que o percentual de contratação de docentes durante o período de execução do Projeto Reuni (2008-2012) foi de apenas 45%, e a categoria técnico-administrativa atingiu o percentual de apenas 25% em relação ao previsto. Registramos ainda que, durante o período analisado, o CTDR ainda não possuía instalações próprias, o que pode justificar a não solicitação de técnicos administrativos em razão da insuficiência de ambientes para alocação desses servidores. O quantitativo estimado de servidores previsto para ser atingido até 2012, somente foi alcançado em 2019, para técnicos, e em 2017, para docentes, sendo o ano de 2013 o responsável pelo maior quantitativo de contratação.

A seguir, no quadro 9, apresentaremos os dados referentes ao âmbito acadêmico, com o demonstrativo, inicialmente, da estimativa de vagas para os cursos de graduação, no período de 2008 a 2012, para o CTDR, apresentada no quadro 1 nos anexos do Projeto Reuni/UFPB:

CENTROS CURSOS NOVOS	EVOLUÇÃO DAS VAGAS OFERECIDAS PELOS NOVOS CURSOS A SEREM CRIADOS																	
	2008			2009			2010			2011			2012			Total Ger al	D	N
	Tot al	D	N	Tot al	D	N	Tot al	D	N	Tot al	D	N	Tot al	D	N			
<b>CTDR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>300</b>	<b>150</b>	<b>150</b>
Tecnologia de Produtos de Origem Animal				0			0			100	50	50	0			100	50	50
Tecnologia Sucroalcooleira				0			100	50	50	0			0			100	50	50
Gestão, Planejamento e Finanças Públicas				100	50	50							0			100	50	50

Fonte: Projeto Reuni/UFPB (2007).

Observação: O quadro foi alterado em relação ao original, em razão de uma incorreção no somatório (destacado em verde).

Como demonstra o quadro 9, o Reuni somente se iniciaria, do ponto de vista acadêmico, a partir de 2009, com a criação do Curso de Tecnologia em Gestão, Planejamento e Finanças Públicas, sendo 2010 a criação prevista para o curso de Tecnologia Sucroalcooleira e 2011, para o curso de Tecnologia de Produtos de Origem Animal, todos com 100 vagas previstas para oferta.

Para ampliar a análise, o quadro 10 indica a evolução de vagas oferecidas pelos novos cursos a serem criados, no período de 2008 a 2012, com o impacto no número de vagas acumuladas ao longo dos cinco anos previstos.

**Quadro 10** – Demonstrativo da evolução de vagas dos novos cursos criados, no período de 2008 a 2012

Centros Cursos Novos	Evolução das vagas pelos novos cursos																	
	2008			2009			2010			2011			2012			Tot al Ger al	D	N
	To tal	D	N	To tal	D	N	To tal	D	N	To tal	D	N	To tal	D	N			
<b>CTDR</b>	<b>500</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>500</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>500</b>	<b>250</b>	<b>250</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1500</b>	<b>750</b>	<b>750</b>
Tecnologia Sucroalcoolei ra	100	50	50	100	50	50	100	50	50	0	0	0	0	0	0	300	150	150
Tecnologia de Produtos de Origem Animal	300	150	150	300	150	150	300	150	150	0	0	0	0	0	0	900	450	450
Gestão, Planejamento e Finanças Públicas	100	50	50	100	50	50	100	50	50	0	0	0	0	0	0	300	150	150

Fonte: Projeto Reuni/UFPB (2007).

De modo a obter os dados referentes ao número de ingressantes, matriculados e concluintes do CTDR, encaminhamos solicitação de informações para a Superintendência de Tecnologia de Informação da UFPB, que nos retornou os dados que apresentamos na tabela 5.

**Tabela 5** – Quantitativo de ingressantes, matriculados e concluintes do CTDR, no período de 2011 a 2019

ANO	CURSO								
	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS			TECNOLOGIA SUCROALCOOLEIRA			GASTRONOMIA		
	INGRESSANTES	MATRICULADOS	CONCLUINTES	INGRESSANTES	MATRICULADOS	CONCLUINTES	INGRESSANTES	MATRICULADOS	CONCLUINTES
2011	106	106	0	97	97	0	0	0	0
2012	103	177	0	98	176	0	0	0	0
2013	96	211	0	90	212	2	23	23	0
2014	77	228	9	64	193	3	28	47	0
2015	70	207	11	67	185	4	30	66	0
2016	62	187	13	61	183	21	27	77	1
2017	81	198	16	76	179	14	71	140	14
2018	68	180	25	65	152	9	58	160	15
2019	68	181	8	85	180	12	60	191	19

Fonte: Dados da Superintendência de Tecnologia da Informação/UFPB (2023).

Para análise da presente tabela consideramos as informações contidas no despacho encaminhado pela Superintendência de Tecnologia da Informação/UFPB. Foram considerados dados apenas do CTDR, no período de 2009 a 2019, seguindo os conceitos abaixo:

- ✓ **Número de alunos ingressantes por curso no CTDR** – indica o número de alunos ingressantes que possuem matrícula efetiva em, pelo menos, um componente curricular no período de ingresso.
- ✓ **Número de matrículas por curso no CTDR** – indica o número de alunos matriculados em, pelo menos, um componente no período considerado. Ressalta-se que é contada a matrícula de apenas um componente por aluno.
- ✓ **Número de concluintes por curso no CTDR** – indica o número de alunos concluintes no período considerado.

Levando em conta que o curso de Bacharelado em Gastronomia não integrava o organograma de cursos do CTDR no ano de elaboração do Projeto Reuni, não há registro de previsão acadêmica para o referido curso. Além disso, ponderando que os cursos de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e Tecnologia de Alimentos foram criados apenas no mês de maio de 2010, pelas Resoluções CONSUNI/UFPB nº 35 e 31, respectivamente, nos quais há concluintes apenas a partir do ano de 2013.

Nesse sentido, analisando os dados referentes aos anos de 2011 e 2012, da previsão no projeto Reuni de vagas a serem oferecidas, com os dados de alunos efetivamente matriculados nos cursos de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e Tecnologia de Alimentos, chegamos aos índices de 97 e 98% para o primeiro e 100% para o segundo.

Considerando as metas propostas, no âmbito orçamentário, para fundamentar esta pesquisa, foi solicitado ao setor de contabilidade do CTDR os dados, no período de 2009 a 2019, referentes a: investimentos em equipamento e materiais permanentes, orçamento e custo para reurbanização, despesas de capital e despesas de custeio.

Porém, em razão do não recebimento dos dados solicitados em tempo hábil para a conclusão deste trabalho, justificados pela greve da categoria técnico-administrativa, no ano de 2024, bem como em razão da alta demanda de trabalho informada pela Pró-Reitoria de Administração, optamos por utilizar os dados dos *corpora* de estudos identificados em nosso Estado do Conhecimento, e os Relatórios de Gestão Institucionais, disponíveis na página da Pró-Reitoria de Planejamento da UFPB.

Conforme Projeto Reuni, estava prevista a construção de 1000 m<sup>2</sup> em edificações para os anos de 2008 e 2009, e a partir dos Relatórios de Gestão Institucional, identificamos os percentuais alcançados para os respectivos anos, conforme quadro 11.

**Quadro 11** – Percentual de novas edificações construídas no CTDR, no período de 2008 e 2009

ANO	Novas edificações previstas (m <sup>2</sup> )	CONSTRUÍDO (m <sup>2</sup> )	PERCENTUAL
2008	1000	00	0%
2009	1000	Laboratórios - 828,40	173%
		Salas de aulas - 901,00	

Fonte: Relatórios de Gestão Institucional UFPB (2008/2009).

Analisando o quadro acima, verificamos que, no ano de 2008, não houve o registro de nenhuma nova edificação na área destinada ao CTDR, pois o Centro, de fato, só foi criado no mês de junho do ano de 2009. Assim, constatamos que, em 2009, houve a execução de quase o dobro da meta estimada. Já para os anos de 2010 a 2012, os relatórios de gestão institucional não mais apresentaram as informações relativas aos percentuais de obras construídas; desse modo, não foi possível apresentar o quadro com esse período.

Levando em conta o orçamento global do REUNI/UFPB, temos, no quadro 12, o demonstrativo da distribuição das despesas e a previsão de execução anual:

**Quadro 12** – Demonstrativo da distribuição de despesas e previsão de execução REUNI, no período de 2008 e 2012

TIPOS DE DESPESAS	Execução necessária por etapa anualmente (Em R\$ 1,00)					
	2008	2009	2010	2011	2012	Total
<b>Despesas de pessoal</b>	<b>9.141.470</b>	<b>9.570.223</b>	<b>9.570.223</b>	<b>7.480.210</b>	<b>5.822.019</b>	<b>41.584.146</b>
Contratação de professores	7.465.985	7.809.249	7.809.249	6.092.930	4.719.876	33.897.288
Contratação de TAE'S	1.675.485	1.760.974	1.760.974	1.387.280	1.102.144	7.686.858
Nível superior	643.946	681.826	681.826	530.309	435.611	2.973.518
Nível Médio	1.031.539	1.079.148	1.079.148	856.971	666.533	4.713.340
<b>Despesas de O.C.C.</b>	<b>21.173.462</b>	<b>26.436.269</b>	<b>18.631.400</b>	<b>17.463.676</b>	<b>4.318.351</b>	<b>88.023.158</b>
Despesas de capital	13.460.958	17.511.034	12.044.784	11.462.760	1.030.000	55.509.536
Obras, instalações e infraestrutura	7.650.000	8.367.750	4.420.950	3.440.300	000	23.879.000
Material permanente	5.810.958	9.143.284	7.623.834	8.022.460	1.030.000	31.630.536
Despesas de custeio	7.712.504	8.925.235	6.586.616	6.000.916	3.288.351	32.513.622
Custeio OCC - manutenção	1.800.000	1.970.000	2.310.000	2.500.000	2.646.170	11.226.170
Reformas (infraestrutura)	2.568.000	2.854.000	1.771.600	1.267.000	00	8.460.600

e edificações)						
Programas de bolsas	1.498.788	2.055.519	829.300	638.200	522.181	5.543.988
Assistência estudantil	550.000	750.000	380.000	300.000	120.000	2.100.000
Acervo Bibliográfico	1.295.716	1.295.716	1.295.716	1.295.716	00	5.182.864
Modernização do acervo	125.000	125.000	125.000	125.000	00	500.000
Aumento do acervo	1.170.716	1.710.716	1.170.716	1.170.716	00	4.682.864
<b>Total</b>	<b>30.314.932</b>	<b>36.006.492</b>	<b>28.201.623</b>	<b>24.943.886</b>	<b>10.140.370</b>	<b><u>129.607.304</u></b>

Projeto Reuni/UFPB (2007).

Utilizando o *corpus* da pesquisa de Silveira (2019), apresentamos o Quadro 13, com o orçamento global da UFPB na rubrica 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino, a partir de dados fornecidos pela Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN):

**Quadro 13** – Orçamento Global da UFPB – Rubrica 8282, no período de 2008 e 2012

ANO	ORÇAMENTO EM MILHÕES	Percentual atingido
<b>2008</b>	Sem informação	0%
<b>2009</b>	8.091.992	22,5%
<b>2010</b>	19.631.008	69,6%
<b>2011</b>	34.929.213	140%
<b>2012</b>	42.868.587	422,7%
<b>TOTAL</b>	105.520.800	81%

Fonte: Elaboração própria, a partir de Silveira (2019).

Ainda quanto à execução orçamentária, no período analisado, Silveira (2019) afirma que, apesar dos dados relevantes em alguns dos anos analisados, também há o registro de que não houve a execução total do orçamento, o que foi atribuído às limitações orçamentárias impostas por decretos de programação orçamentária e financeira, bem como pela não liberação de emendas e outros fatores.

Mesmo assim, analisando o quadro orçamentário, percebemos índices bem acima do esperado para os anos de 2011 e 2012, período em que o projeto REUNI estava em plena execução, enquanto os anos de 2008 e 2009 apresentam 0% e apenas 22%, respectivamente, em razão de representarem o início das atividades do projeto mencionado, que só foi aprovado, de fato, na UFPB, ao final do ano de 2007.

#### 4.4 Relatório técnico, demonstrando as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do CTDR

A seguir, encontra-se apresentado o **Relatório Técnico-Gerencial do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR)**, objetivando servir de suporte para ações da gestão, em nível do próprio Centro, assim como junto à Administração da UFPB.





## Sumário

Introdução.....	03
A origem.....	04
O CTDR.....	05
Análise das metas.....	08
Análise dos egressos e desenvolvimento regional.....	11
SWOT do CTDR.....	12
Considerações finais.....	13
Documentos importantes.....	14

# INTRODUÇÃO

O presente documento consiste no resultado da pesquisa de Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (PPGAES), do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Neste relatório executivo, são apresentados, de modo operacional, o percurso histórico de criação do CTDR e sua realidade, tendo por objetivo fortalecer ações e práticas de gestão no Centro.

Demonstraremos também as forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças do CTDR, identificadas em nossa pesquisa.

# A ORIGEM

O Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal da Paraíba foi criado a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O Projeto Reuni da UFPB foi aprovado em 12 de novembro de 2007, através da Resolução nº 27/2007 – CONSUNI /UFPB, tendo enfrentado resistência de parte das categorias docente, discente e de técnicos administrativos, em sua tramitação e discussão.

O projeto apresentava o diagnóstico da situação atual da instituição, o plano geral de implementação da proposta, o cronograma de implementação e execução, o detalhamento orçamentário para execução, a previsão de criação de um sistema de acompanhamento e avaliação da execução do projeto, bem como, a previsão de impactos globais.



# O CTDR

O CTDR surgiu no Projeto Reuni/UFPB como uma proposta de ação inovadora.

O Centro foi idealizado para ser implantado no bairro de Mangabeira, de modo a otimizar o uso e ocupação de um terreno pertencente a UFPB, com 45 hectares de extensão.

No terreno funcionava apenas o Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos - NUPPA/UFPB, e, em razão da não utilização de toda a extensão do terreno, a área estava sofrendo invasões.



Terreno da UFPB, foto do ano de 2007.

O CTDR foi criado através da Resolução CONSUNI nº 04/2009 e iniciou seu funcionamento em salas cedidas, inicialmente no Centro de Tecnologia - CT e posteriormente no Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA.



Sala do CTDR no Centro de Tecnologia



Sala do CTDR no Centro de Ciências Sociais Aplicadas

O Centro foi criado com três cursos: Tecnologia de Produtos de Origem Animal, Tecnologia em Produção Sucrialcooleira e Tecnologia em Gestão Pública.

Ao longo do período avaliado na pesquisa (2009 a 2019), o CTDR passou por algumas alterações em sua estrutura departamental e acadêmica:

O Curso de Tecnologia em Produtos de Origem Animal foi renomeado para Tecnologia de Alimentos, em 29 de junho de 2011 – Resolução CONSUNI nº 13/2011;

O Departamento de Tecnologia e Gestão foi transferido para o CCSA/UFPB, em 25 de fevereiro de 2014 – Resolução CONSUNI nº 03/2014;

O Departamento de Hotelaria e Gastronomia foi relocado do Campus IV da UFPB para o CTDR, em 29 de maio de 2013 – Resolução CONSUNI nº 38/2013;

O Departamento de Hotelaria e Gastronomia foi extinto e criado o Departamento de Gastronomia, em 24 de fevereiro de 2015 – Resolução CONSUNI nº 01/2015.

O CTDR, em sua sede definitiva, foi construído no criado Campus Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – Campus V da UFPB. O prédio do CTDR no bairro de Mangabeira foi concluído no ano de 2013, tendo sua aula inaugural sido realizada no dia 03 de outubro do mesmo ano. O campus foi renomeado, a partir da Resolução CONSUNI nº 20/2017, fundamentando-se na legislação vigente. Desse modo, foi extinto o Campus V da UFPB e criada a **Unidade Acadêmica Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque**, pertencente ao Campus I.

O CTDR conta com uma estrutura física de 10 salas de aulas, 14 laboratórios, uma ampla biblioteca setorial, 09 salas de ambiente para docentes, 03 Centros Acadêmicos, um auditório e 07 ambientes administrativos.

Laboratórios:

- Laboratório de Análise Físico-Química;
- Laboratório de Análise Sensorial;
- Laboratório de confeitaria, panificação e bebidas;
- Laboratório de Cozinha Experimental;
- Laboratório: cozinha quente 1;
- Laboratório: cozinha quente 2;
- Laboratório de Microbiologia;
- Laboratório de Operações Unitárias;
- Laboratório de Processamento de Alimentos;
- Laboratório de Processamento de Carnes e Pescados (LAB 101);
- Laboratório de Processamento de Vegetais;
- Laboratório: Restaurante didático;
- Laboratório de Tecnologia Sucroalcooleira;
- Laboratório de Informática.



Biblioteca Setorial do CTDR

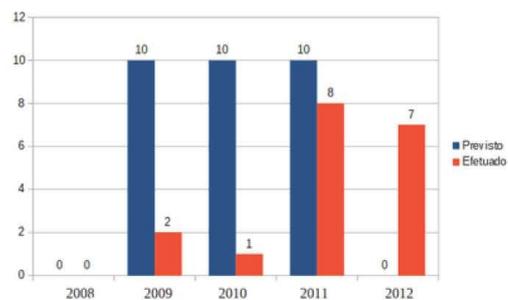


Salas de aula climatizadas e equipadas com data show

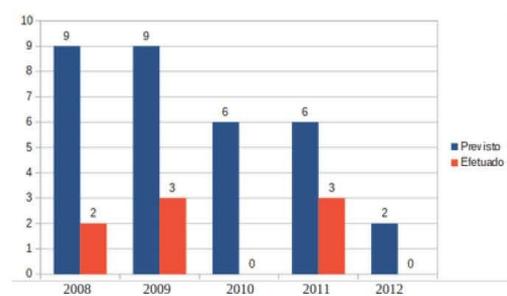
# ANALISANDO AS METAS

Apresentam-se, a seguir, os percentuais alcançados pelo CTDR, em relação às metas propostas pelo Projeto Reuni/UFPB, em que se percebe, claramente, a baixa execução das metas tanto em relação a contratação de pessoal, quanto em relação a construção de novas edificações:

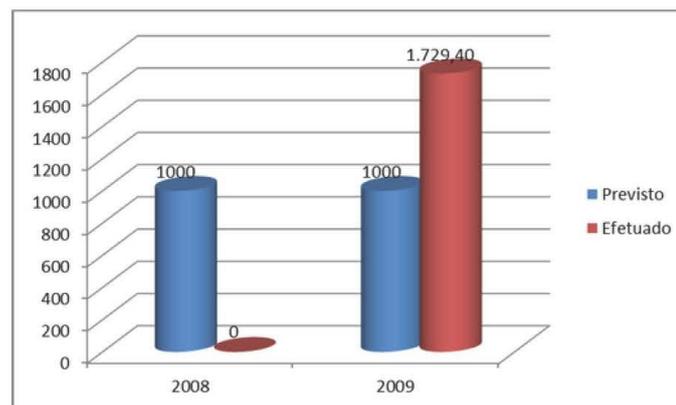
**Contratação de servidores docentes por ano**



**Contratação de servidores técnicos administrativos por ano**



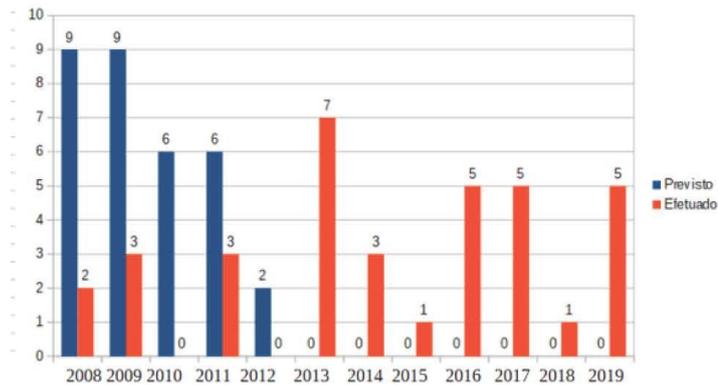
**Construção de novas edificações**



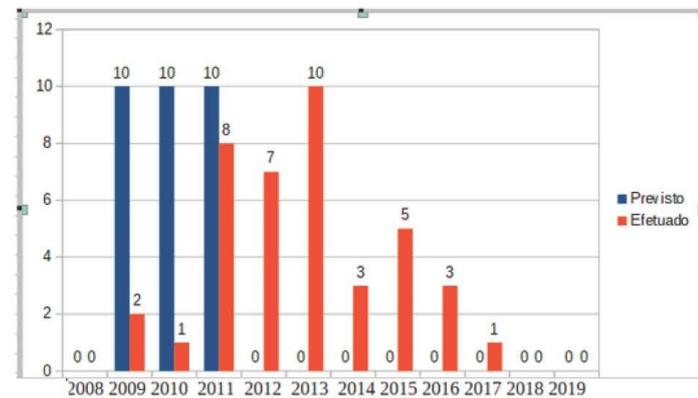
Apresentam-se, a seguir, os percentuais alcançados pelo CTDR, em relação às metas propostas pelo Projeto Reuni/UFPB, no período pós-Reuni.

Observa-se que as metas previstas para o CTDR, no âmbito da contratação de servidores, só são atingidas após o período de execução do projeto, o que pode ser justificada pela ausência de instalações físicas para o Centro até o ano de 2013.

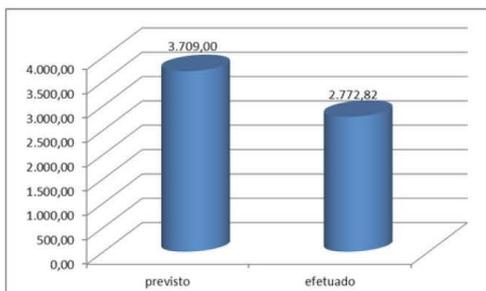
#### Contratação de servidores técnicos administrativos por ano



#### Contratação de servidores docentes por ano



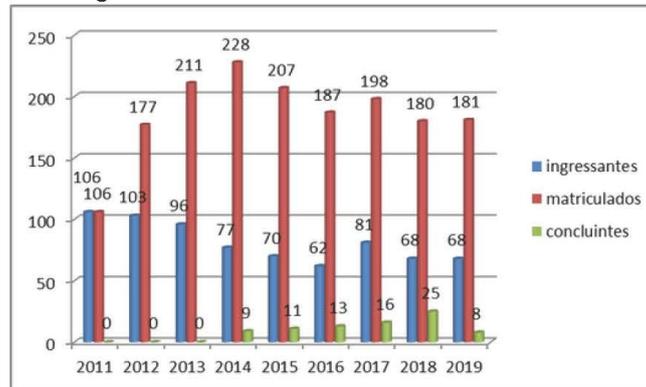
#### Construção de novas edificações:



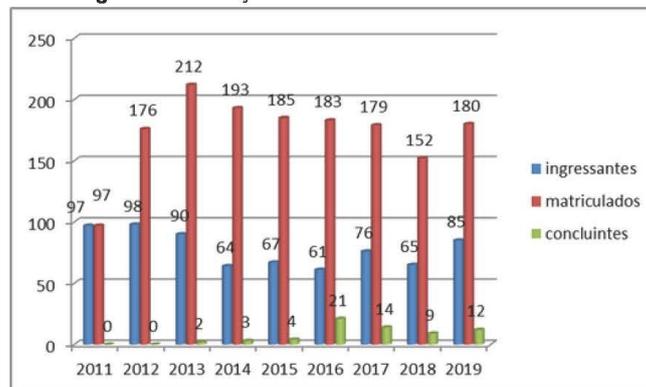
As obras efetivamente planejadas e orçadas para o CTDR foram todas concluídas, e atualmente o Centro não possui nenhuma obra parada ou inacabada.

A seguir, são apresentados os índices acadêmicos por cursos do CTRD, nos quantitativos anuais de ingressantes, matriculados e concluintes.

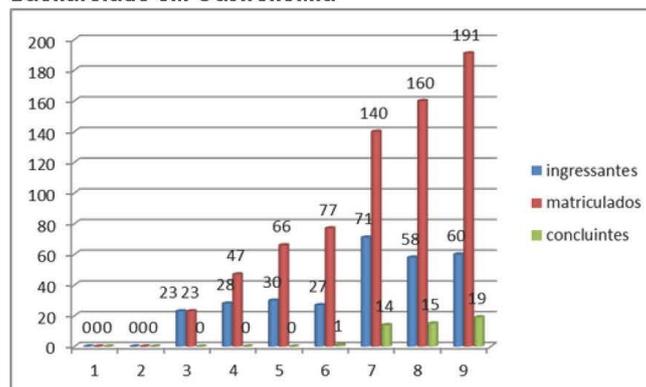
### Tecnologia de Alimentos



### Tecnologia em Produção Sucoalcooleira



### Bacharelado em Gastronomia



De acordo com os gráficos, percebe-se uma tendência de queda no número de ingressantes e matriculados nos cursos de Tecnologia de Alimentos e Produção Sucoalcooleira, com baixa frequência de concluintes em todo o período. Para o curso de Bacharelado em Gastronomia, há uma clara tendência de crescimento, nos ingressantes e, sobretudo, nos matriculados, com baixa quantidade de concluintes, o que aponta para provável retenção desses estudantes.

## ANALISANDO OS EGRESSOS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir do Sistema de Acompanhamento de Egressos - SAEGO, lançado em 02 de agosto do corrente ano, foram analisadas as seguintes informações sobre os ex-alunos do CTDR:

### Percentual de empreendedorismo por Cursos do CTDR:

Empreendedorismo por Curso			
Curso	Egressos	Empreendedores	Taxa
Gastronomia	49	3	6,1%
Tecnologia Em Produção Sucroalcooleira	69	4	5,8%
Tecnologia De Alimentos	85	2	2,4%
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>9</b>	<b>4,4%</b>

### Ocupação assalariada, empreendedora e/ou em formação dos egressos do CTDR:

Amostra de Egressos	Taxa de Ocupação
<b>202</b>	<b>56,9%</b>

Ocupação assalariada, empreendedora e/ou em formação			
Curso	Egressos	Ocupados	Taxa
Tecnologia De Alimentos	85	50	58,8
Tecnologia Em Produção Sucroalcooleira	68	38	55,9
Gastronomia	49	27	55,1
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>115</b>	<b>56,9</b>

### Estatísticas Salariais ao mês dos egressos do CTDR:

Estatísticas Salariais ao mês				
Média	Mínimo	Máximo		
<b>R\$ 2.576</b>	<b>R\$ 568</b>	<b>R\$ 13.702</b>		

Sumário Estatístico por Curso				
Curso	Ocupados	Média	Mínimo	Máximo
Gastronomia	21	R\$ 3.115	R\$ 1.100	R\$ 9.166
Tecnologia Em Produção Sucroalcooleira	29	R\$ 2.544	R\$ 568	R\$ 13.702
Tecnologia De Alimentos	43	R\$ 2.333	R\$ 1.071	R\$ 7.710

Com base nos dados, percebe-se um baixo percentual de empreendedorismo dos cursos ofertados no CTDR, porém apresentam taxa de ocupação superior a 50%, sendo a média de 56,9% para o Centro. O curso de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira possui o maior valor salarial, apesar do menor valor também, o que repercute em sua média salarial. Os cursos, em geral possuem baixa média salarial, sendo em torno de R\$ 2.576,00 mensais.

Em síntese, apesar da baixa média salarial, os cursos apresentam consideráveis percentuais de empregabilidade.

# SWOT DO CTDR

## Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

Por fim, é apresentada a síntese da análise do CTDR, utilizando-se o método de planejamento estratégico, matriz SWOT (Humphrey, 1960), que engloba a análise de cenários para tomada de decisões, observando 4 fatores: pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. A partir disso, pode-se trazer recomendações de pontos de melhorias e auxiliar em tomadas de decisões.

### Forças

- Projetos de extensão que capacitam os discentes e auxiliam no desenvolvimento regional;
- Infraestrutura adequada à demanda e manutenção regular;
- Corpo técnico e docente qualificado;
- Biblioteca ampla e com vasto acervo.

### Fraquezas

- Não ocupação das vagas ociosas nos Cursos de Tecnologia de Alimentos e Tecnologia em Produção Sucoalcooleira;
- Transporte público nas redondezas do Centro;
- Ausência de restaurante para os discentes;
- Conclusão de obras necessárias ao pleno funcionamento do Centro: auditório, Centro de Vivência e mais salas de aulas;
- Ampliação da articulação com o setor produtivo local e regional de modo a promover desenvolvimento de parcerias para cursos de extensão e divulgação dos cursos de graduação

### Oportunidades

- Capacitação para o mercado de trabalho;
- Desenvolvimento Regional.

### Ameaças

- Evasão discente, e vagas ociosas;
- Forma de ingresso pelo SISU gerando a matrícula de muitos discentes de outras localidades;
- Ausência e/ou contingenciamento de recursos públicos para a execução das demandas.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



Vista aérea do CTDR

O CTDR foi criado com a missão de promover o Desenvolvimento Regional. Analisando as metas, os depoimentos dos gestores, servidores e discentes, assim como os dados dos egressos, concluímos que ainda há aspectos que necessitam de empenho e de ações, para que o Centro tenha um desempenho mais eficiente. Apesar das limitações físicas, orçamentárias e acadêmicas, a unidade vem contribuindo não apenas para a melhoria do bairro onde foi alocada, mas ampliando a empregabilidade local, formando quadros bem preparados e competentes, que estão sendo bem acolhidos pelo mundo do trabalho, como podem demonstrar os depoimentos de egressos dos cursos, apresentados a seguir.



"O CTDR foi imprescindível pra minha carreira profissional, eu já trabalhava com gestão da qualidade, mesmo sem o curso superior, mas depois, com a minha formação superior eu pude galgar outras oportunidades de trabalho." (Flora Macedo)

"Atualmente trabalho como gerente de produção em uma indústria de beneficiamento de frutas. E o CTDR teve suma importância pra mim, para o meu crescimento, para abrir os meus olhos e saber qual caminho, qual direção." (Débora Macedo)



# DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA SUBSIDIAR DECISÕES:

Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007;

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da  
Paraíba – PDI 2009 – 2012;

Resolução CONSUNI/UFPB N°27/2007;

Resolução CONSUNI N° 13/2011;

Resolução CONSUNI n° 38/2013;

Resolução CONSUNI n° 03/2014;

Resolução CONSUNI n° 01/2015.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem papel crucial para a apropriação de conhecimento, que contribui para o empoderamento individual e coletivo e que pode ampliar o desenvolvimento de uma sociedade, com impactos sociais e econômicos. Assim, as políticas públicas voltadas à educação superior são fundamentais para proporcionar oportunidades de acesso e permanência aos indivíduos, com ênfase especial àqueles em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, visando subsidiar a expansão da educação, foram criados os Planos Nacionais de Educação, documentos estratégicos, que apontavam os objetivos e as metas para a ampliação da educação no país, subsidiados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases, em vigor.

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos, sendo dever do Estado e da família, e com o objetivo de qualificar os cidadãos para exercer a cidadania e para o mercado de trabalho. Assim, do Plano Nacional de Educação (2001-2010) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (2001-2010), surge o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído por meio da publicação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O referido programa tinha como principal objetivo ampliar o acesso e permanência à educação, no âmbito do ensino superior. Após a publicação do regulamento, foi publicado um guia de orientações para que cada instituição, com interesse em aderir ao programa, pudesse elaborar sua minuta, que deveria ser submetida à aprovação pelo seu respectivo conselho gestor.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do seu Conselho Universitário (CONSUNI), aprovou a Resolução nº 27/2007, o Projeto Reuni da UFPB, visando consolidar a instituição e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Paraíba. Surge então, nesse projeto, a idealização de criar um centro de ensino com a oferta de cursos de tecnólogos, até então não ofertados pela instituição. Esse centro, o CTDR, seria criado no bairro de Mangabeira, de modo a otimizar o uso de uma área pertencente à UFPB. Após algumas modificações em sua estrutura acadêmica, com o passar dos anos, o CTDR passou a oferecer três cursos de graduação: Bacharelado em Gastronomia, Tecnologia de Alimentos e Produção Sucoalcooleira.

A partir da realização e análise das entrevistas semiestruturadas, do Documentário produzido em comemoração aos 10 anos do Centro, da pesquisa documental e da análise dos

dados quantitativos, identificamos que a criação do CTDR foi pensada como uma ação inovadora para a instituição, e que visava o desenvolvimento regional.

Ao avaliar os dados coletados sugerimos:

- ✓ Análise, junto às coordenações de curso, quanto aos índices de evasão e retenção das turmas, e das vagas ociosas, considerando o número de discentes concluintes por ano;
- ✓ Análise do quantitativo de técnicos administrativos e docentes em relação às novas demandas, a considerar a alteração da natureza dos cursos ofertados;
- ✓ Verificar, se em razão do desenvolvimento do Centro, existe a necessidade de expansão de sua área construída;
- ✓ Manter registrados e atualizados os dados referentes às execuções orçamentárias de todo o período de existência da unidade.

Alguns desafios foram encontrados durante a realização da pesquisa: inicialmente, para obtenção dos dados para análise, pois, em parte do período investigado, a instituição ainda não dispunha de um sistema eletrônico para a tramitação de processos e documentos, sendo necessária visita aos arquivos físicos institucionais.

Nesse sentido, algumas informações referentes à execução orçamentária não foram inseridas em razão da não obtenção destas, pois o setor responsável alegou um alto quantitativo de demanda em relação ao seu quadro técnico responsável, bem como solicitou o levantamento de todos os empenhos executados pela unidade acadêmica, ao longo do período de análise, de modo a fornecer uma informação fidedigna.

Registramos que, após a realização da análise dos dados obtidos, há informações que nos permitem afirmar que a unidade atingiu parcialmente as metas previstas no Projeto Reuni da UFPB e, desse modo, podemos inferir que i) o Centro contribuiu para a expansão da Universidade Federal da Paraíba; e que ii) assim como idealizado por seus criadores, o CTDR colaborou, ao longo dos anos, para a capacitação profissional e para o desenvolvimento regional.

Para contribuir com as gestões do Centro, disponibilizamos um relatório técnico-gereencial, apontando as principais conclusões do nosso estudo. Em tempo, sugerimos a necessidade de estudos complementares sobre impacto social e econômico, para aprofundar os nossos achados, por meio do acompanhamento da trajetória de egressos, contribuindo para avaliar mais profundamente a formação recebida nos cursos ofertados pelo CTDR.

## REFERÊNCIAS

- 10 ANOS DO CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA UFPB. [S.l.: s.n.], 2019. 1 vídeo (14 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jPfvVyQHTGU>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 261, p. 437-464, 2021. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.102i261.4462>. Acesso em 02 ago. 2024.
- ARAÚJO, R. S. de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do campus universitário de Altamira**. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: [https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2790/1/Dissertacao\\_ImplantacaoREUNI Universidade.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2790/1/Dissertacao_ImplantacaoREUNI%20Universidade.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38. set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 31 jan. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial. Tesouro e Orçamento. **Avaliação de políticas públicas**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em: 31 maio 2023.
- BRASIL. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Censo da Educação Superior 2003**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2003\\_resumo\\_tecnico.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/censo_da_educacao_superior_2003_resumo_tecnico.pdf). Acesso em: 31 jul. 2023

BRITO, V. L. A. de. O Público, o privado e as políticas educacionais. *In*: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 26-39.

BRITTO, L. **Educação no Brasil e na América Latina**: questões relevantes e polêmicas. Salvador; São Paulo: INEP; Organização dos Estados Americanos, 1991. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=211221>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CAMBOIM, Q. **Financiamento da educação superior**: análise orçamentária e avaliações dos cursos no Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://ce.ufpb.br/ppgaes/contents/menu/mppgav-1/dissertacoes>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARVALHO, L. R. de. **Introdução ao estudo da história da educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo: EDUSP, 1972.

CASTELO BRANCO, U. V. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. UFPB: Editora Universitária, 2005.

CASTELO BRANCO, U. V.; JEZINE, E. A expansão da (na) UFPB: avaliando o REUNI (2008 a 2012). **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 60–82, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17780>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CAVALCANTE, P. L. C.; CUNHA, B. Q. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8785>. Acesso em: 10 ago. 2023.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2003.

COLACOUTO, R. D. *et al.* 2007. **XIV Congresso Brasileiro de Custos**. Gestão Governamental: Análise SWOT em Estudo Situacional de um Município de Minas Gerais. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1504>. Acesso em: 10 ago. 2023

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Diretrizes para qualificação de produtos técnicos e tecnológicos**. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/03\\_\\_\\_Diretrizes\\_para\\_qualificacao\\_de\\_PTT.16.07.2021.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/03___Diretrizes_para_qualificacao_de_PTT.16.07.2021.pdf). Acesso em: 11 ago. 2023.

COSTA FILHO, E. S. **Expansão e democratização da educação superior**: uma avaliação dos impactos do REUNI no curso de Serviço Social da UFPB. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. 142 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9868/2/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CORRÊA, J. C. S. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez/2019. Taubaté, SP, Brasil.

CORREIA, W. F. **REUNI: vamos continuar calados?** Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos913/reuni-continuar-calados/reuni-continuar-calados2.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2023.

DALLAGNOL, R. **Discursos e ações acerca da qualidade da educação: o governo Fernando Henrique Cardoso e a influência internacional**. Chapecó: UFFS, 2014. Disponível em: [https://anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT6/GT6\\_Comunicacao/RaquelDallagnol\\_GT6\\_integral.pdf](https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Comunicacao/RaquelDallagnol_GT6_integral.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DINIZ, E. S. **A expansão do REUNI na Ufpb/Campus I e os impactos no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (2006-2015)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. 170 f. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20459/1/EdileudaSoaresDiniz\\_Tese.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20459/1/EdileudaSoaresDiniz_Tese.pdf). Acesso em: 10 jul. 2023.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. **Gerenciamento de riscos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002 (Coleção Leitura). Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

FREITAS, M. T. *et al.* **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003 – (Coleção Questões da Nossa Época, v.107).

GASPAROTTO, A.; LEITE, M. **Análise SWOT e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância**. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/450>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GOMEZ, L. **Conceito de conhecimento**. São Paulo: Conceitos, 2023. Disponível em: <https://conceitos.com/conhecimento/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

JACOMELI, M. R. M. As políticas educacionais da Nova República: do governo Collor ao de Lula. **EXITUS**, Belém, v. 01, n. 01, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/211/198>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n. 34, p. 49-64, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8457/4922>. Acesso em: 30 out. 2022.

LIMA, C. C. N. *et al.* **Políticas públicas e educação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027503/pageid/1>. Acesso em: 30 maio 2023.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 8ª ed. Barueri: Atlas, 2022.

MARTINS, R. **Entre avanços e retrocessos, a contradição** – o REUNI e a expansão da educação superior pública. 2017. 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38anped\\_2017\\_GT11\\_890.pdf](http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT11_890.pdf). Acesso em: 16 abr. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 02 mar. 2024.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Guia da Escola Cidadã, v.7).

PAULA, C.; ALMEIDA, F. **O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5pvgF4sGMQsn89ZYsYfWHsh/#>. Acesso em: 15 jun. 2024.

PEÇA, C. M. K. **Análise e interpretação de tabelas e gráficos estatísticos utilizando dados interdisciplinares**. Curitiba: SEED, [2008]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1663-8.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PEREIRA, E. M. de A. Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da reforma de Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. **Políticas Educativas – PolEd**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/18352>. Acesso em: 14 ago. 2023.

PEREIRA, F. **(Im)possibilidades da construção de uma educação emancipadora em cursos tecnológicos: uma abordagem a partir de dois cursos localizados em Goiânia e Anápolis/Francisco Pereira**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PRESTES, E. M. da T.; SOUSA JUNIOR, L. de. Expansão e financiamento da educação superior no contexto de crise econômica e de ajuste fiscal. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 46, p. 161-187, out./dez. 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eq/v55n46/1981-1802-eq-55-46-161.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SALES, E. C. da S. S. *et al.* O programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): uma análise de seu processo de avaliação. **Avaliação**, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 24, n. 3, p. 658-679, nov. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/TwXXdzXm9X9YFy7kkFdYYSn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALES, T. M. **Eficácia social da política pública de cotas no curso de medicina da Universidade Federal De Campina Grande – UFCG**: compreendendo as trajetórias acadêmicas de alunos/as cotistas. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. 200 f. Disponível em:

[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27551/1/TiagoMontenegroSales\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27551/1/TiagoMontenegroSales_Dissert.pdf). Acesso em: 12 ago. 2023

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, K. **Desenvolvimento profissional e identitário dos técnicos em assuntos educacionais**: contribuição para a política de formação continuada de um instituto federal. 200 f. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023. Disponível em:

[https://ce.ufpb.br/ppgaes/contents/documentos/dissertacoes/turma-7/dissertao\\_katia-felix-da-silva.pdf](https://ce.ufpb.br/ppgaes/contents/documentos/dissertacoes/turma-7/dissertao_katia-felix-da-silva.pdf). Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA E SOUZA, J. C. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 18, n. 23, 2018. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVEIRA, H. P. da M. **Política de assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba e os critérios para concessão do auxílio Restaurante Universitário no Campus I**. Dissertação (mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. 104 f. Disponível em:

[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15388?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15388?locale=pt_BR). Acesso em: 10 mar. 2023.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 15, 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SOARES, A. do V. A. Inovação no setor público: obstáculos e alternativas. **Revista de Gestão Pública**, p. 101-113, 2009. Disponível em:

<https://www2.cjf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001a/00001aea.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TAVARES, F. G. de. O conceito de inovação em educação: uma revisão necessária. **Revista Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644432311>. Acesso em: 02 mar. 2024.

THERRIEN, J.; CARTAXO, H. A Universidade e o Desenvolvimento Regional: elementos para um debate. *In*: ANDRADE, A. C. (Org.). **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: UFC, 1980. p. 17-22.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 31 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 14/2021**, 2021. Disponível em: [http://plone.ufpb.br/ppgaes/contents/documentos/resolucoes/res\\_consepe\\_142021.pdf](http://plone.ufpb.br/ppgaes/contents/documentos/resolucoes/res_consepe_142021.pdf). Acesso em: 02 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Gabinete do Reitor. **Projeto Ufpb – REUNI**. João Pessoa, 2007. Disponível em <http://www.ctdr.ufpb.br/ctdr/contents/documentos/pdf/projeto-REUNI.pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009 – 2012**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/proplan/contents/paginas/acoes/codeplan/planos/pdi>. Acesso em: 10 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatórios de Gestão Institucionais – RGI**. 2008, 2009. Disponível em: <https://www.ufpb.br/proplan/contents/menu/ploplan/relatorios>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Como o projeto REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) influenciou na decisão de criar um centro universitário?
2. Quais foram os principais objetivos e metas estabelecidos ao criar o CTDR a partir das diretrizes do projeto REUNI?
3. Como a expansão física e a criação de cursos foram planejadas e implementadas dentro do contexto do projeto REUNI?
4. Quais foram os principais desafios enfrentados durante o período de implementação do CTDR?
5. Como o centro universitário abordou a questão da inclusão e democratização do acesso ao ensino superior, conforme preconizado pelo projeto REUNI?
6. Quais os principais investimentos foram realizados em infraestrutura e recursos humanos para atender às demandas geradas?
7. Como a avaliação institucional é conduzida no centro universitário, e quais são os indicadores de sucesso estabelecidos pela gestão para medir o progresso e a eficácia das atividades educacionais?
8. Como o centro universitário enfrentou os desafios relacionados à qualidade do ensino e da pesquisa, considerando o aumento na oferta de vagas e cursos?
9. Quais são os indicadores de sucesso estabelecidos pela gestão para avaliar o impacto positivo do centro universitário na comunidade, conforme as expectativas do projeto REUNI?
10. Como o centro universitário planeja manter e aprimorar seus padrões de excelência acadêmica à medida que se expande, levando em consideração os princípios do projeto REUNI?
11. O que poderia ser elencado como as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças ao CTDR?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Diana Lima de Moura convida você a participar da pesquisa intitulada “Idealização, criação e implementação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional: avaliação de um percurso histórico”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

A sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você ou para o seu empregador e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como ocorreu a criação e a implantação das metas propostas pelo Projeto REUNI/UFPB do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR/UFPB), no período de 2008 a 2019 e para o alcance do objetivo será necessário a realização de entrevista na modalidade semiestruturada com gestores estratégicos do CTDR.

#### **Riscos:**

O participante poderá se sentir constrangido ao responder alguma questão ou em qualquer outra etapa da pesquisa, ou mesmo cansado física ou intelectualmente e, neste(s) caso(s), não há obrigação de responder a qualquer pergunta com a qual não se sinta confortável ou lhe gere cansaço.

#### **Benefícios:**

Não há benefícios diretos pessoais à sua participação. No entanto, sua colaboração será de grande valor para o CTDR/UFPB ao que concerne à gestão estratégica do centro, bem como para verificar propostas de melhorias contínuas para a unidade da UFPB.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesa, as mesmas serão ressarcidas pela pesquisadora responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

O(A) pesquisador(a) responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa pelo email [diana.lima@academico.ufpb.br](mailto:diana.lima@academico.ufpb.br) pelo telefone (83) 99304-0064 ou pelo email do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB (98869-4704) [eticaccs@ccs.ufpb.br](mailto:eticaccs@ccs.ufpb.br).

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba  
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB  
Telefone: +55 (83) 3216-7791  
E-mail: [comitedeetica@ccs.ufpb.br](mailto:comitedeetica@ccs.ufpb.br)  
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.  
Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu consentimento livre e esclarecido para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa/PB, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Entrevistado (a)

\_\_\_\_\_  
Entrevistador (a)

#### **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**Centro de Educação**

**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior**

**Campus Universitário – João Pessoa – PB – CEP: 58.059-900**

**Telefone: (83) 3048-8125.**

**Orientador: Prof. Dra. Uyguciara Veloso Castelo Branco**

**Mestranda: Diana Lima de Moura**

## APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Ao Sr. Professor Doutor João Andrade da Silva

Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR  
Universidade Federal da Paraíba

### SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Solicitamos autorização para realização de atividades de pesquisa Acadêmico-Científica no Centro de Desenvolvimento Regional, que será realizada a nível de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação do Ensino Superior - PPGAES da Universidade Federal da Paraíba, cujos resultados serão analisados em dissertação, que tem como tema "IDEALIZAÇÃO, CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: AVALIAÇÃO DE UM PERCURSO HISTÓRICO", desenvolvida pela discente Diana Lima de Moura, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Uyguciara Veloso Castelo Branco. Com a pesquisa, objetiva-se, através da aplicação de roteiro de entrevista, analisar como ocorreu a criação e a implantação das metas propostas pelo Projeto REUNI/UFPB do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR/UFPB), no período de 2008 a 2019 e assim contribuir para o processo de implantação de melhorias para o centro a partir de uma análise histórica e estratégica. A mestranda e sua orientadora estão à disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessário, em qualquer etapa do processo de pesquisa.

Atenciosamente,

---

Diana Lima de Moura  
(Mestranda)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Uyguciara Veloso Castelo Branco  
(Orientadora)

De acordo:

---

Professor Doutor João Andrade da Silva  
(Diretor do CTDR/UFPB)